



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

LUIS HENRIQUE DA CRUZ SOUSA

OS LIMITES DO PODER POLÍTICO
EM JOHN LOCKE



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

LUIS HENRIQUE DA CRUZ SOUSA

OS LIMITES DO PODER POLÍTICO

EM JOHN LOCKE

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado ao departamento de Filosofia da
Universidade de Brasília, como requisito parcial
para obtenção do grau de Licenciatura em
Filosofia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Cecília Almeida.

DEDICATÓRIA

A tudo aquilo que desconheço.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os meus professores por suas contribuições para a minha formação em Filosofia, sobretudo à professora Cecília, cuja paciência e dedicação – além das críticas mais que construtivas - me ajudaram a completar uma fase tão importante na carreira que pretendo construir na Filosofia.

À Jessica, por todos esses anos de companheirismo e por ótimas revisões em todos os meus textos.

Aos colegas “de fora”, pela paciência com minhas divagações.

Aos colegas de curso pelos debates e discordâncias.

Aos “grandes pensadores” por suas contribuições às questões sociais, políticas, e, sobretudo, filosóficas.

Agradeço ao departamento de Filosofia da UnB por cuidar tão bem dos meus assuntos durante toda a graduação.

E a todos que direta ou indiretamente participaram das experiências que vivi durante a graduação e na minha formação.

RESUMO

A filosofia política de John Locke é caracterizada por seu *Liberalismo*, e a questão das leis como limite dos poderes políticos é parte importante dessa teoria política. O presente trabalho tem como objetivo analisar as concepções de John Locke sobre as leis e sobre o legislativo (assim como os outros poderes do Estado) em função da preservação dos homens, livres de qualquer dominação “real” fundamentada apenas em uma noção de *poder natural*. Assim, partimos das teses de John Locke sobre o poder legislativo, executivo e federativo, e suas respectivas limitações, já que são elas que determinam se o Estado vai ser ou não legítimo e consistente, o que é importante para toda a filosofia política de Locke, sobretudo para as soluções do autor para os problemas da Lei. A ideia é explicitar a relação de forças que compõem o governo e como este é essencialmente limitado pela lei.

Palavras-chave: Locke, política, liberalismo, limites, poder, Lei.

ABSTRACT

The political philosophy of John Locke is characterized by his *liberalism*, and the question of law as the limit of political powers is an important part of this political theory. This study aims to analyze the conceptions of John Locke about the laws and the legislative (as well the other powers of government) in relation to the preservation of men, free from any "royal" domination based only on a notion of *natural power*. Thus we'll start with the theses of John Locke on the legislative, executive and federative power, and their limitations, as they determine whether or not the State will be legitimate and consistent, which is important for the whole Locke's political philosophy, especially for the solutions of the problems that him puts for the Law. The idea is to explain the relationship of forces that make up the government, and as this is essentially limited by law.

Keywords: Locke, politic, liberalism, limits, power, Law.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	Página 1.
CAPÍTULO 1.....	Página 4.
• 1.1 – Liberalismo	Página 6.
• 1.2 – Jusnaturalismo	Página 9.
CAPÍTULO 2	Página 14.
• 2.1 – Lei natural	Página 15.
• 2.2 – Estado de natureza	Página 17.
• 2.3 – Sociedade Civil ou Política	Página 20.
CAPÍTULO 3	Página 27.
• 3.1 – Lei, uma questão filosófica	Página 28.
• 3.2 – Limites do poder e a preservação do corpo social	Página 32.
• 3.3 – Supremacia legislativa e supremacia popular	Página 37.
• 3.4 – Estado de guerra e o direito de resistência	Página 43.
CONCLUSÃO	Página 47.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	Página 49.

INTRODUÇÃO

A discussão filosófica no campo da política contribui para a reflexão sobre os problemas políticos, suas causas e consequências imediatas, e ajuda a desvendar a estrutura de vários fenômenos que aconteceram ou que podem acontecer na política, bem como a influência desses fenômenos na existência dos homens e suas formas de se organizar politicamente. O contexto histórico onde John Locke se encontra é o de um grande debate tanto epistemológico quanto político – seu *Ensaio acerca do entendimento humano* faz parte desse debate – na Inglaterra do século XVII que visa superar o absolutismo. As grandes revoluções e as guerras civis desse período têm como fio condutor a questão religiosa e também das formas legais de governo, onde os teóricos das correntes mais conservadoras ou liberais tratam de fundamentar suas concepções epistemológicas a fim de sustentar uma forma de governo. É partindo desse contexto histórico e da ideia filosófica do Estado liberal que John Locke estrutura seu pensamento político, reconhecendo que em tempos onde os fenômenos políticos direcionam a própria forma de organização da vida humana e de sua existência, não é possível que o Estado tenha o direito de determinar a vida do homem sem reconhecer sua individualidade e seu desejo de preservação de sua *propriedade* – em função das leis.

No presente trabalho, teremos como base os *Dois tratados sobre o governo civil*, de John Locke. Especialistas como Peter Laslett afirmam que os *Dois tratados* foram escritos antes da Revolução Gloriosa de 1688 e não poderiam ser entendidos completamente como escritos para justificar a revolução¹. Dessa forma o contexto que faz parte da formulação do texto só pode ser entre os anos de 1660 a 1680. Assim, antes de qualquer coisa, se faz necessário a estruturação dos acontecimentos desses anos para que possamos entender onde se situa o pensamento de Locke, em que contexto se desenvolve sua filosofia política, a fim de compreender o porquê do autor questionar a legitimidade do fundamento monarquista do Estado, e do poder absolutista.

Em 1660, temos a Restauração das monarquias na Inglaterra, evento que demonstra a tentativa de restauração da monarquia na estrutura política inglesa. A ideia principal da Restauração é a de que os reis são os únicos que podem assegurar, a partir de seus poderes, que o Estado não caia nas mãos de uma classe de indivíduos, ou em outros termos, da aristocracia, constituindo uma noção própria de preservação do Estado a partir dos poderes do rei. Mesmo com a tentativa de restauração da monarquia seria impossível que a própria noção de Estado e Governo fossem as mesmas, já que a aristocracia inglesa percebera que é muito mais legítimo um governo que dependa do consenso dos homens que o constituem. Mas a maior mudança de pensamento aparece com a execução de Charles I;

¹Peter Laslett escreve: “Já em 1876 suspeitava-se que o *Primeiro tratado* houvesse sido composto muitos anos antes de 1688, e que o *Segundo* não poderia ter surgido por completo subsequentemente à Revolução. Mas a documentação disponível naquela época era ainda mais fragmentária e de difícil interpretação do que hoje e, em uma década ou duas, o dogma de que Locke escrevera com o intuito de racionalizar os acontecimentos de 1688-9 se tornou firmemente estabelecido na nascente disciplina da ciência política”. (LASLETT, *Dois tratados sobre o governo*, página 68,§2)

este que vinha demonstrando a fraqueza da coroa frente ao parlamento, personifica a decadência da monarquia no pensamento político inglês.

Assim exposto, partimos da própria argumentação de Locke, o propósito é compreender como ele concebe a ideia dos limites do poder político. Faremos as análises principalmente sobre o pensamento político de Locke, e secundariamente, através de citações, invocaremos as noções epistemológicas do autor. Nosso trabalho está dividido em três capítulos;

No primeiro, pretendemos mostrar o que entendemos por *Liberalismo*, no caso específico de Locke, através de suas concepções sobre a liberdade do homem e a ilegitimidade do *poder natural* dos reis; depois trataremos do *Jusnaturalismo* – a *escola* – na filosofia de Locke, compreendendo que essas duas linhas de pensamento constituem uma forma do autor compreender a natureza, “explicar” suas leis e constituir uma *ciência* (usamos esse termo sem suas implicações de “sistema”) que trata as questões políticas a partir da análise da própria natureza. É de extrema importância para Locke seguir esse caminho para que possa fazer a crítica das teorias de Robert Filmer e mostrar que em vez de *escravos naturais* os homens são na verdade *naturalmente livres* e assim todas as concepções políticas que tomam a liberdade como fundamento devem levar em conta essa noção de liberdade natural, em detrimento do absolutismo que caracteriza um pensamento político que entende a natureza como determinante dos *poderes naturais* dos reis.

No segundo capítulo, apresentamos as ideias de Locke, que irão fundamentar a ideia dos limites do poder político. Antes de qualquer afirmação filosófica sobre as ideias de John Locke, é necessário compreender essas ideias através do percurso argumentativo que o próprio autor faz quando da formulação de suas concepções. Nesse sentido, tentaremos explicar da forma mais clara possível como o autor define a *Lei da natureza*, o *Estado de Natureza* e a *Sociedade Política*. A relação entre essas concepções é essencial para compreender sua ideia de que os poderes políticos do estado devem ser limitados pelas leis a fim de constituir um governo legítimo e justo para os homens em função de seus “ideais” mais básicos.

E finalmente no capítulo três temos a tese principal do presente trabalho, seguindo as ideias de Locke e tirando conclusões a partir delas. Nele expomos a noção dos limites do poder político e sua relação com toda a teoria política de Locke. A lei – e o poder legislativo – é o ponto de partida de toda a noção dos limites do poder político. Antes de demonstrar o papel central que o poder legislativo tem na constituição do Estado, segundo John Locke, é necessário contextualizar a condição das leis nos anos de 1660-80, e como o autor constrói sua teoria política analisando os problemas do legislativo através da filosofia. Depois, faz-se necessário definir os argumentos de Locke sobre o legislativo, expondo o máximo possível suas ideias a fim de fundamentar a concepção de que o Estado precisa ser limitado em seus poderes para que o corpo político possa ser preservado. Depois, de forma exegética, trataremos de analisar os argumentos do autor sobre a noção dos limites dos poderes políticos do estado, expondo sua filosofia política de forma a fundamentar a tese aqui proposta.

Finalmente, tiramos as conclusões filosóficas das teorias de Locke através da relação entre todas as ideias expostas em todo o texto.

Capítulo 1

Liberalismo e Jusnaturalismo

*Sobre tudo o que diz respeito à conduta dos
homens, a razão tem decisões muito seguras: o
mal é que ela não é consultada.*

Bernard Le Bouyer de Fontenelle

1.1 - Liberalismo

É parte importante do trabalho de entender e interpretar as ideias dos grandes pensadores partir de “horizontes teóricos” que fundamentam suas ideias mais gerais, no caso específico de John Locke, é preciso compreender como sua filosofia política está relacionada com a forma com que o autor entende a natureza e o que deriva dela, para que depois se tenha condições de expor suas noções específicas. Partiremos então daquilo que compreendemos como o *Liberalismo* de Locke e aonde o autor se situa no meio da discussão sobre o *direito natural*. É claro que Locke tira todas as suas noções sobre a liberdade a partir da forma com que compreende a natureza, e assim, falamos antes de uma “função” entre *Liberalismo* e *Jusnaturalismo*, em vez de uma separação entre correntes de pensamento específicas.

O liberalismo de Locke pode parecer à primeira vista um mero conceito, por vezes abstrato demais, que determina uma ideia de pura liberdade do indivíduo (em relação ao Estado), mas a ideia em si é muito mais profunda, constituindo uma concepção da própria existência humana e sua condição existencial, tendo como base a análise da natureza e de suas *leis*. O Liberalismo é uma noção que percebe o movimento (mudança), a capacidade de aperfeiçoamento e adaptação do homem em seu meio, entendendo que ele é um ser em constante mudança que define a si mesmo a partir de suas relações, de suas experiências, etc. Aliás, tendo como base o Liberalismo, Locke entende que não é possível dar uma resposta exata para uma das grandes questões na qual grandes pensadores se debruçaram que é a da *natureza humana*. Não se pode definir o homem em sua “natureza”, pois ele é livre para defini-la, e quando levamos essa ideia para a política temos a questão de como saber determinar as “necessidades” do homem em sociedade, onde é preciso que exista uma forma de governo e um poder que torne sua vida mais organizada, e que assim mantenha sua *preservação*, mas que também seja limitado para que alcance esse mesmo fim. Para essa questão (como organizar e tornar a vida do homem feliz) John Locke provavelmente não tinha uma resposta exata, das várias que se poderia dar, mas ele deixa claro que uma delas jamais poderia ser a que aceita o absolutismo como uma forma de governo *natural*.

É difícil definir o que é o Liberalismo, já que esse termo é carregado de significados e acaba por vezes nos jogando em um anacronismo de difícil solução, em que passa a ter um significado específico em períodos de tempo específicos. Tentar definir o liberalismo é colocar-se a frente de uma história paralela dos diversos liberalismos². Norberto Bobbio menciona as dificuldades de se tentar achar a definição do Liberalismo da seguinte maneira:

Em primeiro lugar, a história do Liberalismo acha-se intimamente ligada à história da democracia; é, pois, difícil chegar a um consenso acerca do que existe de liberal e do que

² G. De Ruggiero – *The history of European Liberalism*. Cranston – *John Locke: A Biography*.

existe de democrático nas atuais democracias liberais; se factualmente uma distinção se torna difícil, visto a democracia ter realizado uma transformação mais quantitativa do que qualitativa do Estado liberal, do ponto de vista lógico essa distinção permanece necessária, porque o Liberalismo é justamente o critério que distingue a democracia liberal das democracias não-liberais (plebiscitária, populista, totalitária). Em segundo lugar, o Liberalismo se manifesta nos diferentes países em tempos históricos bastante diversos, conforme seu grau de desenvolvimento; daí ser difícil individuar, no plano sincrônico, o momento liberal capaz de unificar histórias diferentes. Com efeito, enquanto na Inglaterra se manifesta abertamente com a Revolução Gloriosa de 1688-1689, na maior parte dos países da Europa continental é um fenômeno do século XIX, tanto que podemos identificar a revolução russa de 1905 como a última revolução liberal. Em terceiro lugar, nem é possível falar numa “história-difusão” do Liberalismo, embora o modelo da evolução política inglesa tenha exercido uma influência determinante, superior à exercida pelas Constituições francesas da época revolucionária. (BOBBIO, *Dicionário de Política*, página 686-7).

Mesmo com essas dificuldades, ainda podemos dar uma definição genérica do que é o Liberalismo, partindo da ideia de que é um fenômeno histórico que surge nas revoluções da Europa dos séculos XVI, XVII e XVIII. Em grande medida, podemos entender que o Liberalismo também tem seu “ideal” nas concepções filosóficas, sobretudo aquelas que tratam do direito natural e das noções contratualistas. É tanto um resultado de fenômenos históricos como de tentativas de respostas filosóficas para os problemas políticos – a exemplo da acalorada discussão entre os *whigs* e os *tories*.

Assim exposto, partiremos da definição específica da *liberdade natural* nas ideias filosóficas de John Locke (sabendo que o próprio autor não usa o termo ‘liberalismo’ em seus escritos), ideia essa que está caracterizada por toda uma visão de mundo e não apenas em relação à economia, a religião ou aos direitos civis, apesar de não estar separada desses. No caso específico de Locke, que entende o Estado como uma forma de garantir a segurança que os homens tanto anseiam, assim como a sociedade civil sendo uma forma de garantir o desenvolvimento do homem, temos uma concepção filosófica que tenta fundamentar a liberdade a partir da natureza, e de garantir essa mesma liberdade dentro do Estado. É nesse sentido que interpretamos Locke como um *liberal* e também como caracterizamos “seu” Liberalismo. É claro que partimos das posições políticas de Locke para fazer tal afirmação – tanto quanto exagerada é preciso admitir, mas que serve para nossos propósitos teóricos -, tendo como texto principal os *Dois tratados sobre o governo*³.

Para além de uma liberdade econômica dos indivíduos, as concepções políticas de Locke expõem uma profunda análise do ser humano em sua própria capacidade de determinar a si mesmo a partir de sua liberdade, sobretudo quando seu desenvolvimento se transforma em novas formas de

³ Outra questão que se coloca é o porquê de não usarmos também o *Ensaio acerca do entendimento humano*. O próprio Locke faz questão de separar seus textos que tratam de epistemologia e política – apesar de se relacionarem em certos pontos -, compreendendo que cada texto serve para um propósito específico. Assim, como nosso interesse está na concepção política de Locke, decidimos permanecer apenas nesse texto.

práticas políticas e sociais, sem nenhuma ideia inata sobre quem é senhor e quem é o escravo. A liberdade é o grande problema do Liberalismo de Locke, que percebendo a relação indivíduo e Estado, também percebe que o choque entre o *senhor* e o *súdito* existe por que de alguma maneira a organização política tem como fundamento algo que não pode ser verificado na natureza. O que Locke tenta demonstrar durante todo o seu percurso argumentativo nos *Dois tratados* é a ideia de que o poder estatal, através da figura do soberano, imprescindível para a própria manutenção do corpo político, está na posição de inimigo e opressor do povo justamente por que passa a ter como justificativa de suas ações apenas sua vontade e não mais a *lei primeira e fundamental*, que determina que os homens procurem sua preservação, e que, partir dessa ideia, criam o Estado como forma de garantir essa *preservação*. Para que se possa mudar isso e devolver o poder ao povo, é preciso reconhecer as determinações da natureza – que podemos conhecer através da *luz da razão* – que mostram que o homem é livre por natureza, e que a necessidade que têm de criar o estado só existe pela necessidade de manter essa *liberdade* na segurança estatal.

Com as teorias racionalistas sobre as questões políticas, epistemológicas e religiosas, temos pela primeira vez uma forma de tratar as questões que não são baseadas unicamente em uma noção de *poder natural*, e Locke, ao tratar do *direito natural*, contribui com a ideia de que o Estado não deve ser a figura do monarca, e sim a do povo. Sua concepção é uma formulação teórica que conserva a liberdade do homem, mesmo dentro do Estado (apesar do seu *racionalismo* não ser assim tão racionalista). Paulo Bonavides explica que:

Com a construção do Estado jurídico, cuidavam os pensadores do direito natural, principalmente os de sua variante racionalista, haver encontrado formulação teórica capaz de salvar, em parte, a liberdade ilimitada de que o homem desfrutava na sociedade pré-estatal, ou dar a essa liberdade função preponderante, fazendo do Estado o acanhado servo do indivíduo. (BONAVIDES, *Do estado liberal ao estado social*, pág. 40, §5)

Todas as ideias de Locke constituem assim uma posição filosófica que determina a liberdade do homem ao “derivar” essa mesma liberdade das leis da natureza. O “liberalismo” é o movimento contrário ao absolutismo exatamente por entender que os homens são livres por natureza, e a instituição de qualquer poder só pode ser em função dessa liberdade, o Estado surge como criação voluntária dos homens que saem do estado de natureza para garantir de forma muito mais *segura* sua própria preservação. Mais ainda, a ideia de que os homens têm o direito legítimo de lutar contra o poder do estado, se este deixa de executar seu papel, é correto porque parte daquilo que foi instituído no momento da criação do Estado – e de seus poderes – parte da ideia de *preservação*, de estar consciente do perigo que existe quando alguém ameaça a liberdade dos homens, e da legitimidade de lutar contra essa mesma pessoa. Assim como os limites do poder político, esse *direito* legítimo que os homens têm de limitar os poderes do Estado em função de sua preservação, exatamente para escapar

da arbitrariedade e do perigo de lhes ser negado o direito de autopreservação, “*daí o zelo doutrinário da filosofia jusnaturalista em criar uma técnica da liberdade traduzida em limitação do poder e formulação de meios que possibilitem deter o seu extravasamento na irresponsabilidade do grande devorador, o implacável Leviatã*”. (BONAVIDES, *Do estado liberal ao estado social*, pág. 41, §4).

Outro ponto interessante da filosofia política de Locke é a sua divisão dos poderes do Estado (capítulo 3 do presente trabalho), já que dividindo os poderes em legislativo, executivo e federativo, temos o início da solução lockiana para a limitação dos poderes, e que também serve para garantir o direito de liberdade dentro da nova concepção política. Em grande medida, Locke entende que as limitações dos poderes políticos não têm relação com nenhuma forma de “diminuir” o Estado, mas sim de assegurar que ele vai sempre ter a sua função de garantir a segurança dos homens, preservada através de seus próprios poderes.

O problema aqui exposto é que o “liberalismo” é uma consequência das argumentações de Locke, e sua filosofia política está sempre tentando mostrar que o homem é livre por natureza e não um escravo por natureza⁴. Compreender a filosofia de Locke como uma filosofia da liberdade e ao mesmo tempo dos limites, torna as análises filosóficas de suas ideias extremamente ricas e contribuem para entendermos como o autor tem preocupação em fundamentar toda sua filosofia política na questão da liberdade.

1.2 - Jusnaturalismo

O direito natural é uma noção antiga, herança clássica, mas que, durante os debates da era moderna se mostra através do termo “Jusnaturalismo”. Existe muita discussão sobre as origens da escola do direito natural, mas supõe-se que ela tenha aparecido sistematicamente pela primeira vez com a obra de Hugo Grócio, *De iure belli ac pacis*⁵. É interessante perceber que Grócio escreve anos antes do *Discurso do método* de Descartes, e nesse texto expõe uma nova forma de analisar e conhecer os “direitos” a partir das concepções que tratam a natureza como determinante de características próprias de todos os seres. Nesse sentido o autor – Grócio - rompe com as noções de sua época que colocavam todas as determinações das ações nas mãos de Deus, sendo o homem mero participante de uma ordem superior. Esse novo *método*⁶ é parte importante para compreendemos como John Locke analisa e concebe o seu *Estado de natureza*. Ora, Locke foi um grande leitor de Grócio, e muito de sua filosofia política tem influências das leituras que ele fez de Grócio. O que pretendemos é mostrar que

⁴ Analisar o §1 do Primeiro tratado, em que Locke inicia dizendo que; “A escravidão é uma condição humana tão vil e deplorável, tão diametralmente oposta ao temperamento generoso e à coragem de nossa Nação, que é difícil conceber que um inglês, muito menos um fidalgo, tomasse a sua defesa”.

⁵ Das leis de guerra e paz, 1625.

⁶ Ou em outras palavras, forma de conceber a natureza como legisladora universal, a qual pode acessar através da razão.

o Jusnaturalismo tem papel importante na filosofia de Locke⁷, de onde o autor parte para conceber uma noção de política tendo como fundamento a própria *natureza*⁸ do homem, que é livre, que determina a si mesmo, sobretudo quando abre mão de sua liberdade ilimitada em favor de uma organização social maior. Suas concepções acrescentam uma nova forma de compreender o método de análise política e filosófica, suas críticas ao “poder natural” ajudaram a mudar a forma de entender o papel dos homens na constituição do Estado e colocou a soberania popular no lugar que sempre deveria ter sido seu; a do princípio de toda forma de poder. Norberto Bobbio explica que:

Por outro lado, enquanto para os juristas-filósofos a matéria do direito natural compreende tanto o direito privado quanto o direito público (e muito mais o primeiro que o segundo), para os outros, em especial para os três grandes, por cuja obra se mede hoje a importância do Jusnaturalismo, e em função dos quais talvez valha ainda a pena falar de um “direito natural moderno” contraposto ao medieval e ao antigo – estou me referindo a Hobbes, Locke e Rousseau -, o tema de suas obras é quase exclusivamente o direito público, o problema do fundamento e da natureza do Estado. (BOBBIO, *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*, página 14, §3).

Tendo como fundamento a natureza, Locke elabora novas formas de pensar a política. E assim, demonstrar que ele é grandioso até quando erra⁹, já que os críticos de Locke – em grande parte os seguidores de Filmer – tentaram concluir que Locke estava errado por não aceitar a ideia de *poder natural* do monarca. A ideia que se quer transparecer sobre a crítica é que, “*como se sabe, não há modo melhor para compreender as linhas essenciais de um movimento de pensamento que considerá-lo do ponto de vista das teses alheias que ele negou e do ponto de vista das próprias teses que foram negadas pelos outros.*”¹⁰

A questão para Locke é saber como extrair suas conclusões políticas de uma “natureza”. E o que pretendemos aqui é demonstrar que Locke ao definir o estado de natureza¹¹ e dele concluir que os homens são naturalmente livres, está para além de criar sua concepção das liberdades, também usando uma nova forma de analisar a natureza (ou seja, percebendo que a natureza tem regras fixas sobre todas as coisas) e a partir dela designar suas teorias políticas que mais tarde terão sua força na ideia de que é preciso existir um limite para os poderes políticos. Enxergar assim a natureza é parte importante também para entender o movimento determinante da realidade e dele extrair tanto a

⁷ Temos consciência que essa é uma conclusão trivial, mas ela serve também para mostrar como Locke é um autor preocupado em adaptar seu pensamento a debate de sua época.

⁸ Mais uma vez é importante esclarecer que Locke não acredita em uma “natureza” humana, já que esse termo é carregado de ideias inatistas, sendo ele um empirista não poderia aceitar tal noção.

⁹ A Locke foi atribuída, durante muito tempo, a ideia de uma política pouco sistemática e imprecisa, uma concepção política do erro.

¹⁰ BOBBIO, *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*, página 15, §1

¹¹ Ver capítulo 2.

essência do conhecimento, quanto seus limites. O Jusnaturalismo, além de ser uma forma de compreender a natureza é também um princípio:

“Esse princípio não reside nesse ou naquele conteúdo, mas consiste certamente num modo de se aproximar do estudo do direito e, em geral, da ética e da filosofia prática: numa palavra, no “método”. Entre um e outro, a diferença está no juízo de valor: o que para os defensores constitui um título de mérito, para os detratores representa um item de acusação. O método que une autores tão diversos é o método racional, ou seja, aquele método que deve permitir a redução do direito e da moral (bem como da política), pela primeira vez na história da reflexão sobre a conduta humana, a uma ciência demonstrativa.” (BOBBIO, *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*, página15, §2).

“Os três grandes” são conhecidos por sua forma de abordar os temas filosóficos e tirar conclusões a partir da Razão, pois o papel da razão em suas análises é sempre de descobrir uma ordem na natureza que está lá para guiar e mostrar a forma correta de se agir a partir da própria determinação natural. E é exatamente essa forma de compreender a natureza que auxilia esse modo racionalista de abordar as questões filosóficas – o que ainda fazemos em grande parte nas pesquisas filosóficas. O Jusnaturalismo pode ser entendido como um método de análise e redução da política em ciência, no sentido de que encontra na natureza uma determinação e dela deriva *Leis* que servem como base para as ações e conclusões políticas. Bobbio também explica que:

“A melhor prova disso, de resto, é o fato de ter prevalecido o uso (pelo menos a partir da crítica da escola histórica) de chamar o direito natural moderno de “direito racional”:¹² temos aqui um indicador do fato de que aquilo que caracteriza o movimento em seu conjunto não é tanto o objeto (a natureza), mas o modo de abordá-lo (a razão), não um princípio ontológico (que pressuporia uma metafísica comum que, de fato, jamais existiu), mas um princípio metodológico.” (BOBBIO, *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*, página 16, §1).

Um método de análise filosófica da política é crucial para determinar de que forma o Estado passa a existir a partir de uma concepção da natureza, que está baseada em uma “justiça” que pode ser entendida a partir do momento em que se passa a usar a Razão como forma de consulta dessa mesma justiça (suas *interpretatio e demonstratio*). Locke também compreende que a relação entre as determinações naturais e a política é crucial para compreender a forma com que os homens agem em função de sua própria preservação, já que eles definem o que é “bom” para sua preservação a partir do conhecimento que têm do mundo. A tentativa de se aplicar um método de análise à política constitui

¹² Transcrevo a nota do texto original: Um dos textos recentes e autorizados da historiografia jurídica, F. Wiaecker, *Privatrechtsgeschichte der Neuzeit* unter besonder Berücksichtigung der deutschen Entwicklung, Göttinger, Vandenhoe u. Ruprecht, 1967, dedica um capítulo à “época do direito racional”, PP. 249-347.

também uma forma de analisar as questões políticas e “determinar” de que maneira essas mesmas questões podem ser resolvidas – ou não, quando falamos de Locke. Sobre isso Norberto Bobbio explica que:

“Se há um fio vermelho que mantém unidos os jusnaturalistas e permite captar uma certa unidade de inspiração em autores diferente sob muitos aspectos, é precisamente a ideia de que é possível uma “verdadeira” ciência da moral, entendendo-se por ciências verdadeiras as que haviam começado a aplicar com sucesso o método matemático”¹³ (BOBBIO, *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*, página 18, §2)

De fato, compreender o pensamento de Locke a partir da sua noção de que os homens são livres por natureza e de que a Natureza tem regras que podem ser conhecidas através da razão, nos mostra que sua filosofia não é a de interpretar a natureza meramente, e sim de descobrir com “a luz da razão” o caminho para as leis da natureza, universais que determinam todas as coisas, sobretudo quando se trata do direito e da conduta humana.

A filosofia de Locke nunca pretendeu ser um sistema complexo exatamente porque o autor reconhecia os limites do próprio conhecimento e entendia que as respostas para os problemas políticos não dependeriam de nenhum sistema, antes de uma “consulta” daquilo que podemos conhecer, e do uso que fazemos do nosso conhecimento. É por não desenvolver um sistema, que Locke é criticado como um autor “pouco sistemático, de ideias dispersas sobre os mais variados assuntos”. Fora que a influência das ideias de Locke para a filosofia – e a política – é parte importante de todo o desenvolvimento do pensamento moderno sobre as teorias do Estado. As “falhas” de Locke são tão significantes quanto seus acertos, e sua genialidade se dá exatamente por que ao “errar”, ele acerta, abrindo caminho para novas ideias e a evolução do pensamento. Seus escritos trouxeram mais problemas do que soluções, e em grande medida, é isso que importa para a filosofia. Locke participou ativamente dos debates de seu tempo, discutindo com os homens da ciência de seu tempo.

A própria noção lockiana de que o conhecimento vem da experiência, ajuda a compreender que é através da prática - agir político - que podemos “conhecer” e criar coisas novas, não só no campo do conhecimento, mas também do próprio modo de viver dentro de um *corpo político*. Podemos compreender o pensamento de Locke de forma heurística. Locke é um autor que se preocupa com as respostas filosóficas sobre a questão política, mas entende que elas partem de uma construção que não necessariamente tem ligação com o racionalismo puro, e sim com as “construções” da razão, da sua experiência com o mundo. Sobre a “inconsistência” de Locke, Richard Ashcraft explica que:

¹³ É preciso entender que o *método matemático* a que o autor se refere não está necessariamente ligado com o cálculo numérico, mas também ao método de resolução dos problemas matemáticos, de reduzir um problema em partes e resolver suas partes a fim de solucionar o problema por completo. Semelhante ao método cartesiano, apesar da evidente separação entre Locke e Descartes.

Locke's political philosophy has generally been presented and assessed in terms of certain conclusions drawn from a few basic premises. Since Locke's political theory was not constructed according to the presuppositions of analytical philosophy, such an interpretative approach to his political thought seems better designed to portray Locke as an inconsistent or unclear thinker than to provide the reader of the *Two Treatises of Government* with an understanding of what Locke was attempting to do in writing that work.¹⁴ (ASHCRAFT, *Locke's political philosophy*, página 226, §1)

Em grande medida Locke também acreditava que a filosofia política era um exercício do raciocínio prático¹⁵. As ações políticas devem ter bases em uma moralidade sólida, onde a “luz da razão” mostra como se deve agir politicamente, sobretudo em função do *corpo político* do qual se faz parte, e de sua preservação. Na política não existe nenhuma “verdade”, pois a política está assentada no campo da possibilidade, da diversidade, da contingência, e Locke tem consciência disso ao escrever os *Dois tratados*. Existem limites para a política assim como existem limites para o conhecimento humano, e a teoria política de Locke transparece essa ideia a todo momento, ainda mais quando trata da questão das Leis e dos limites do poder político. Assim exposto, podemos passar para as argumentações de Locke sobre aquilo que irá fundamentar sua noção dos limites do poder político, tendo sempre em mente a construção teórica do autor nos *Dois tratados*.

¹⁴ [A filosofia política de Locke foi geralmente apresentada e avaliada em termos de certas conclusões extraídas de algumas premissas básicas. Desde que a teoria política de Locke não foi construída de acordo com os pressupostos da filosofia analítica, uma abordagem interpretativa de seu pensamento político parece melhor concebido para retratar Locke como um pensador inconsistente ou pouco claro do que para fornecer ao leitor dos *Dois tratados sobre o governo* uma compreensão do que Locke estava tentando fazer ao escrever esse texto.]

¹⁵ Richard Ashcraft – *Locke's political philosophy*.

CAPÍTULO 2

Lei natural, Estado de Natureza e Sociedade Política.

O início da argumentação de John Locke nos *Dois tratados* está nas críticas que são dirigidas ao *Patriarcha*, de Robert Filmer (o autor o chama de A. em seu método de citação), que pretende fundamentar o direito natural dos reis em uma “filosofia política” monarquista. Assim, a questão do *poder natural* que Locke pretende desconstruir é seu ponto de partida¹⁶. O autor faz questão de analisar o *poder patriarcal* a fim de entender o que é de fato sua autoridade, ele define essa *autoridade* da seguinte forma;

Portanto, tal *autoridade paterna* ou *direito de paternidade*, na acepção de nosso A., é um inalterável direito divino de soberania, mediante o qual um pai ou um príncipe detém um poder absoluto, arbitrário, ilimitado e ilimitável sobre as vidas, liberdades e propriedades de seus filhos e súditos, de tal modo que lhe é facultado apossar-se de tais propriedades ou aliená-las, vender, castrar ou fazer o uso que desejas de suas pessoas, pois que são todos seus escravos e ele o senhor ou proprietário de tudo quanto há, sendo sua ilimitada vontade lei para os demais. (LOCKE, *Primeiro tratado*, §9)

Locke percebe que nenhuma concepção da liberdade dos homens dentro de uma organização social pode se basear em um poder absolutista (absolutista no sentido arbitrário, que não respeita os direitos do homem), já que contraria a própria noção de *sociedade*¹⁷, onde o consenso e a união criam o poder de governar, conservando assim, a união entre os homens. É preciso existir igualdade entre os direitos e deveres em um corpo político. A partir daí é necessário compreender a própria origem do Estado e analisar se é possível que um poder monárquico seja legítimo quando se fala do *uso dos poderes*. Partindo dessas concepções de Locke, tratamos de analisar e explicar suas ideias sobre a *origem* do Estado, a fim de demonstrar a impossibilidade do Absolutismo como forma de governo legal.

2.1 - Lei Natural

A *Lei natural* é descrita por Locke¹⁸ como a vontade divina sobre todas as coisas e que podem ser percebidas pelos seres racionais no uso de sua própria razão. Deus se mostra constantemente para os homens, sendo preciso apenas o uso da razão para lhe provar a existência, assim como de suas leis, que regem o universo e são base para o homem determinar sua existência e sua preservação. Aceitando essa ideia, é possível compreender que Deus criou todas as coisas, assim como criou os limites e prescreveu para todas as coisas suas regras. A liberdade do homem difere da

¹⁶ Locke argumenta contra a noção de poder natural, mas acredita no poder soberano, entendendo que ele se fundamenta de outra forma: no povo.

¹⁷ Ou seja, a liberdade para organizarem-se em uma sociedade através do consenso.

¹⁸ LOCKE, John -*Essays on the Law of Nature*. Edição von Leyden. Oxford, Clarendon Press, 1954.

liberdade dos animais, justamente porque ele tem a Razão, e a responsabilidade de descobrir as leis da natureza para ter um guia real para suas ações dentro do Estado. O homem tem a capacidade de seguir a “reta razão” que caracteriza sua moralidade, sua capacidade única de criar as regras que guiam e limitam suas ações em função de sua *luz natural*, que conhece as regras de Deus sobre todas as coisas.¹⁹ A *lei da natureza*, por ser o decreto divino, também mostra ao homem o que é ou não correto conforme a racionalidade, determinando sempre o que é ou não limitado por essas mesmas leis. É muito claro que Locke reconhece que o requisito de toda *lei* é a própria *lei natural*, e por isso a lei positiva tem como base a lei natural, e assim temos o fundamento do que é o limite do poder político, ou do Estado.

Sua ideia está baseada em cinco argumentos que tendem a explicitar o que seja a Lei natural conforme a percepção dos indivíduos. Norberto Bobbio faz uma síntese desses argumentos da seguinte maneira;

1) O primeiro é um argumento *ex auctoritate*: Locke cita Aristóteles, que, depois de haver dito ser próprio do homem agir segundo a razão, afirma a existência de um direito existente em todos os lugares – trata-se da definição aristotélica do direito natural.

2) O segundo argumento se refere àquela autoridade interior e infalível que a nossa *consciência*, a qual nos condena quando cometemos uma má ação – condenação que seria impossível, se não existisse a lei natural, base do julgamento de nossas ações.

3) O terceiro argumento é *cosmológico*, apoiando-se na constatação da ordem do mundo – a este propósito Locke cita Santo Tomás: se toda a natureza está ordenada de acordo com leis, não se entende por que a conduta do homem, o ser mais nobre da natureza, não deveria também ser regulada por leis.

4) O quarto argumento é *jurídico*, também muito comum e adotado hoje pelos que sustentam a existência do direito natural: não pode haver sociedade humana sem a instituição de um poder civil e sem o cumprimento dos pactos. Ora, tanto a lei que impõe a obediência às ordens do soberano, como a que prescreve o cumprimento dos pactos não são leis positivas, porque são elas próprias o fundamento do caráter obrigatório das leis positivas.

5) O quinto argumento é *ético* e consiste na afirmativa de que, se não fosse a lei natural, não existiria vício ou virtude; o homem seria levado a agir não de acordo com o bem, mas sim conforme a maior utilidade: a negação da lei natural levaria ao utilitarismo. (BOBBIO – *Locke e o Direito Natural*, Página 111-112)

Nesse sentido, a Lei da natureza depende de uma percepção dos homens, através da “luz natural” da Razão, que reconhece que essas mesmas leis são obrigatórias. Locke nos explica que “a ordenação da vontade divina, reconhecível pelo esplendor da natureza, ordena ou proíbe, por si

¹⁹ É preciso esclarecer que a Lei e o Direito são coisas distintas, a primeira determina ou proíbe fazer certas coisas, e o segundo é o que garante a capacidade de se poder fazer algo.

*mesma, estando em acordo ou não com a natureza racional.”*²⁰ Tudo isso ajuda a entender que os problemas políticos²¹ na filosofia de Locke estão ligados com essa capacidade da Razão, que percebe as leis da natureza que “determinam” como o homem deve agir em função de sua própria preservação.

O autor também reconhece que mesmo limitando²² o *entendimento* humano por sua análise, o homem está livre para garantir sua preservação por meio de sua conduta, de sua liberdade, que fornecem o conhecimento e a capacidade de fazer os mais variados juízos. Garantindo assim, que essa liberdade tenha como fundamento a própria natureza. E pelo entendimento, pode transformar seu discurso, sua forma de agir, mudar e enxergar o mundo, constituindo sua relação com a natureza.

2.2 - Estado de Natureza

O *estado de natureza* pode ser definido, grosso modo, como um momento hipotético²³ da organização humana, onde o homem está em uma posição que antecede o Estado, que depende do próprio homem para existir. O papel da história na discussão que Locke propõe sobre o surgimento do Estado é de suma importância para o autor, que reconhece o papel da abstração²⁴, e consequentemente, da filosofia nas teses que explicam o surgimento do Estado, sem nenhuma base em ideias inatas ou determinações que se supõem encontrar nas *escrituras*. Mas não podemos encarar a noção de *estado de natureza* lockiano meramente como uma abstração, mas como possibilidades que derivam da experiência e da análise empírica da própria natureza. Essa forma de encarar a natureza e predicar sobre ela demonstra que esses “saberes prováveis” de Locke são conhecimentos filosóficos de primeira ordem. Edgar José Jorge Filho nos explica o papel da história na filosofia de Locke:

Sendo a história, para Locke, uma disciplina da natureza do saber provável, cujas proposições não nos oferecem a certeza do conhecimento, mas apenas a probabilidade do juízo, dois são os instrumentos do saber histórico: a abstração, a partir dos juízos formulados com base na observação empírica reiterada, e o raciocínio, ligando, por meio de provas, ideias cuja conveniência ou discordância se vem a perceber como mais ou menos provável. Conforme o objeto deste saber, haverá maior ou menor peso da abstração a partir da experiência, ou do raciocínio conjectural, na determinação dos seus juízos. (JORGE FILHO, *Moral e história em John Locke*, página 139, §2)

²⁰ LOCKE, John – *Essays on the Law of nature*, edição von Leyden, página 110.

²¹ Não só o problema político, também o religioso, o da educação e o da tolerância são tratados por Locke, mas a questão política é a que mais nos interessa aqui.

²² É bom ressaltar que o próprio Locke volta várias vezes na questão dos limites, sejam eles os do conhecimento, da moral, da política, da propriedade, etc.

²³ Locke reconhece que o *Estado de natureza* é uma construção teórica, e pode não ter existido de fato, mas a sua ideia constitui uma possibilidade do surgimento do Estado. Consultar o *Segundo tratado*, §14.

²⁴ Assim como Hobbes, Locke começa sua teoria política pelo próprio estado de natureza.

Locke também define o estado de natureza como *perfeita liberdade* e de *igualdade*, onde o homem regula suas ações sem nenhuma determinação, e sem pedir licença ou depender da vontade de ninguém.²⁵ Em suas explicações das ideias de Hooker²⁶ ele faz questão de também definir o estado de natureza como aquele em que os homens, após garantir a sua preservação, estão obrigados pela Razão, aos laços de *justiça* e *caridade* para com seus semelhantes. Mas também é preciso esclarecer que a *perfeita liberdade* do estado de natureza não tem nada a ver com licenciosidade, já que “embora o homem nesse estado tenha uma liberdade incontável para dispor de sua pessoa ou posses, não tem liberdade para se destruir ou destruir qualquer criatura em sua posse, a menos que um uso mais nobre que a mera conservação desta o exija” (LOCKE, *Segundo tratado*, §6).

Ele também expõe a aproximação direta do *Estado de natureza* com a capacidade que a Razão tem de descobrir as “leis divinas”, onde todos os homens, em sua igualdade, reconhecem que essas determinações da natureza têm relação com sua propriedade, sua liberdade, seu direito a vida e de sua preservação. No estado de natureza não existe nenhuma espécie de organização política própria, onde todos os homens, antes de entrar em consenso e criar o Estado, permanecem com sua liberdade ilimitada, não se separam voluntariamente da natureza e todas as suas ações parecem estar ligadas com a vontade que têm de preservar²⁷ sua vida, apelando unicamente para sua força, o que Locke chama de *Lei primeira e fundamental*²⁸ da vida. Para deixar mais claro:

O *estado de natureza* tem para governá-lo uma lei da natureza, que a todos obriga; e a razão, em que essa lei consiste, ensina a todos aqueles que a consultem que, sendo todos iguais e independentes, ninguém deveria prejudicar a outrem em sua vida, saúde, liberdade ou posses. (LOCKE, *Segundo tratado*, §6)

É no §7 do *Segundo tratado* que Locke começa a apresentar o que mais tarde será sua ideia das limitações dos poderes políticos, que são consequência da ordem instituída ainda no *Estado de natureza*, antes da criação do Estado e da instituição das leis, o homem tem o poder de *executar* a lei da natureza da forma que lhe parecer mais justa, já que o poder de execução está “nas mãos de cada homem, devido a cada um ter o direito de punir os transgressores da dita lei”²⁹ e ele ainda não tem como base uma lei positiva que guie suas ações, sendo que o uso de sua força é ilimitado. Entretanto, como já foi dito antes, o estado de natureza não constitui uma liberdade incondicional,

²⁵ *Segundo tratado*, §4.

²⁶ Transcrevo a nota do professor Laslett sobre a relação de Locke com Hooker: “[...] Ele tinha uma dívida genuína para com Hooker, tanto no que diz respeito à sua filosofia quanto à sua teoria política e, nas listas de livros que recomendava aos mais jovens, refere-se à *Política eclesiástica* como “um dos livros mais comentados” sobre política, e exige um estudo completo do “primeiro livro do judicioso Hooker”. (*Segundo tratado*, página 383, §5, nota 1)

²⁷ Preservar é um termo que Locke usa para definir todas as vontades que o homem tem de manter sua vida, a saber, a reprodução, o acúmulo, a tranquilidade, a liberdade.

²⁸ Locke usa esse termo em várias partes dos *Dois tratados*. Comparar §15, §16, §31, §56, §59, §134, §145 para maior compreensão.

²⁹ LOCKE, *Segundo tratado*, §7.

existe o limite da lei natureza que determina a igualdade de todos os homens e lhe dá o poder de executar as leis da natureza em função de sua preservação. A argumentação de Locke está sempre voltada para tentar expressar como o limite é parte importante de todas as formas de organização e relação política. Assim, um poder monárquico não pode ser legítimo por ser arbitrário e baseado unicamente em seu *poder natural*. A conclusão das análises de Locke é a de que a forma de exercício da monarquia que se baseia unicamente na ideia de *poder natural* e não na preservação dos homens, vai contra as leis da natureza, já que o autor explica que quando o poder de criar e executar as leis estão contidos nas mãos de apenas um homem (e sua vontade arbitrária), volta-se necessariamente para o estado de natureza, onde o *homem* tem o poder e a liberdade de fazer qualquer coisa – já que não tem nenhum outro semelhante para respeitar, ou poder a apelar -, mesmo que prejudique outro homem, e nesse caso, coloca-se como único homem livre por que ele mesmo está no estado de natureza, enquanto os súditos estão no estado social, e por isso, sujeitos as “leis” daquele que está acima de todos eles, o monarca. Essas análises servem também para compreender que o Estado de Natureza é de suma importância para Locke, pois se torna um ponto de partida do qual sua teoria política encontra “fundamento”, sendo, portanto, aceito como um estado real de onde se pode fazer uma análise filosófica e definir a origem do *estado de sociedade* ou *sociedade política*. Locke explica que:

Pois supondo-se que ele enfeixe tudo, tanto o poder legislativo como o executivo, unicamente em si próprio, não existirá nenhum juiz nem haverá apelo algum possível para qualquer pessoa, capaz de decidir com equidade, imparcialidade e autoridade, e de cuja decisão se possa esperar alívio e reparação por qualquer injúria ou inconveniência causados pelo príncipe ou por ordem deste. De maneira que o homem assim, seja como for denominado, *czar*, *grão-senhor* ou como se queira, encontra-se tanto *em estado de natureza* com respeito a todos aqueles sob seu domínio quanto com respeito ao resto da humanidade. Pois sempre que houver dois homens que não tenham uma regra estabelecida e um juiz comum a quem apelar na Terra, para determinar as controvérsias de direito entre eles, esses homens se encontrarão no *estado de natureza* e sob todos os inconvenientes deste, apenas com esta infeliz diferença para o súdito, ou antes, escravo, de um príncipe absoluto: enquanto no estado de natureza ordinário tem ele a liberdade de julgar seu próprio direito e, de acordo com o que estiver a seu alcance, sustentá-lo, neste caso, sempre que sua propriedade for invadida por vontade ou ordem de seu monarca, ele não só não tem a quem apelar, tal como devem ter os que vivem em sociedade, mas é como se fosse degradado do estado comum das criaturas racionais, sendo-lhe negada a liberdade de julgar e defender seu próprio direito, de modo que fica exposto a todas as misérias e inconvenientes que um homem possa temer por parte de alguém que, além de encontrar-se num estado irrestrito de natureza, é ainda corrompido pela adulação e está armado com o poder (LOCKE, *Segundo tratado*, §91)

Locke transparece que existe uma relação entre o *estado de sociedade* e o *estado de natureza*, no momento em que o monarca coloca-se como *lei* e deixa de agir em função da preservação dos homens e do corpo político. Ao assumir a posição de poder absoluto do Estado, o monarca volta ao *estado de natureza* – de liberdade ilimitada –, enquanto os súditos permanecem no *estado social* – onde existem regras, leis, limites –, constituindo assim dois planos que não se complementam e levam necessariamente ao *estado de guerra*.

2.3– Sociedade Civil ou Política

Sobre a *Sociedade Civil ou Política*, o autor começa sua análise filosófica a partir do capítulo VII do *Segundo tratado*, explicando que o homem foi criado como uma tendência³⁰ para a sociedade e a necessidade que tem de se relacionar com os outros homens, dada sua própria condição de ser “incompleto”. Locke explica que a *primeira sociedade* foi de fato aquilo que se pode chamar de sociedade conjugal, relação entre homem e mulher que condiciona a relação entre pais e filhos, e posteriormente a relação entre o senhor e o *servidor*. Mas mesmo essa primeira sociedade não pode ter dado início direto ao Estado, pois era limitada por sua estrutura organizacional³¹, sem um poder central que fosse criado pela relação entre as várias famílias, e, portanto, não era *política* (entendendo-se política como a constituição de poderes que criam e mantêm o Estado, além de suas relações internas). Locke começa a definir a sociedade civil e política da seguinte forma:

Tendo Deus feito o homem uma criatura tal que, segundo seu próprio juízo, não lhe era conveniente estar só, colocou-o sob fortes obrigações de necessidade, conveniência e inclinação para conduzi-lo para a *sociedade*³², assim como o proveu de entendimento e linguagem para perpetuá-la e dela desfrutar. A *primeira sociedade* foi entre o homem e sua mulher, que deu início à que há entre pais e filhos; à qual, com o tempo, veio a juntar-se a que há entre senhor e servidor. E embora todas estas sociedades pudessem juntar-se, e em geral o tenham feito, para formar uma única família, cujo senhor ou senhora tinha uma espécie qualquer de governo apropriado a uma família, cada uma delas, ou todas, estavam ainda longe de constituir uma *sociedade política*, tal como veremos se considerarmos os diferentes fins, vínculos e limites de cada uma delas. (LOCKE, *Segundo tratado*, §77)

³⁰ É preciso esclarecer que “tendência” não tem relação alguma com o inatismo, já que Locke é conhecido por negar essa ideia. Assim sendo, o homem tende a entrar em *sociedade* por que percebe – Razão – que sua preservação depende dela. Percebe-se também a influência de Aristóteles.

³¹ Comparar com o §2 do *Segundo tratado*, assim como com a *Política* de Aristóteles, livro I, 1252a e 1252b.

³² Comparar com o quarto *Ensaio sobre a lei da natureza* – O homem “sente-se (...) premido a viver em sociedade por uma certa propensão da natureza, e a estar preparado para a manutenção desta pelo dom da palavra e através do intercâmbio da linguagem” (VON LEYDEN, 156-7)

O mais interessante das análises de Locke sobre a sociedade conjugal, é que ele reconhece que a *primeira família* surge do consenso entre homem e mulher, onde cada um pertence e complementa ao outro, sem domínio paternal ou relação de servidão de um relação ao outro. É justamente a união e o consenso que mantém o laço familiar e a permanência da *família*. É preciso esclarecer que Locke analisa a relação conjugal de forma quase biológica, em que o *animal homem* encontra a fonte de sua preservação na união e na necessidade que tem de preservar sua espécie, mantendo a relação com seu par, a fim de conservar a subsistência de sua progênie³³. A própria constituição de uma família, ou sociedade conjugal como Locke define, demonstra que o um *poder paternal* – e absoluto – é muito fragmentado, pois essa mesma sociedade existe pela comunhão entre homem e mulher, livres, e que se unem a fim de preservar sua espécie. Nesse sentido, a noção dos limites dos poderes (ainda sem a existência do estado) já aparece claramente nas concepções de Locke³⁴.

A preocupação de Locke está em demonstrar que homem e mulher são iguais naturalmente, e assim continuam quando da *união* que fazem a fim de manter a espécie. O único momento em que o *macho* tem algum poder que difere do da *fêmea* é aquele em que a força do homem se faz necessária por sua própria constituição, tendo sempre em vista as necessidades da família. O autor explica que:

Mas o marido e a mulher, embora tenham uma única preocupação comum, terão entendimentos diferentes, de modo que haverá, inevitavelmente, ocasiões em que terão vontades diferentes também – sendo, portanto, necessário que a determinação última, ou seja, o governo, recaia em alguma parte, caberá naturalmente ao homem, por ser o mais capaz e mais forte. Mas isso, abrangendo apenas as coisas de seu interesse e propriedade comuns, deixa a mulher na posse plena e livre daquilo que, por contrato, é de seu direito particular, e não confere ao marido mais poder sobre a vida dela que a ela sobre a dele. O *poder do marido* está tão longe do de um monarca absoluto que a *esposa* tem, em muitos casos, liberdade para *separar-se* dele, se o direito natural ou o contrato entre eles o permitir, seja este contrato celebrado entre ele no estado de natureza, seja segundo os costumes e as leis do país em que vivem; e, no evento de tal separação, os filhos ficarão com o pai ou com a mãe, conforme determine o contrato. (LOCKE, *Segundo tratado*, §82)

A função da sociedade conjugal aqui é de demonstrar que Locke entende que o fundamento da sociedade conjugal parece ter semelhança com o da sociedade civil, no sentido de que o consenso e o respeito pelo outro constituem a possibilidade de manutenção da “união” e assim, da preservação do corpo político.

³³ Ao passo que, estando as crias capazes de se manter, os laços entre homem e mulher podem ser desfeitos sem nenhuma espécie de “pecado”.

³⁴ Consultar parágrafo 86 do *Segundo tratado*.

No meio de sua exposição, Locke retorna a várias questões para que se entenda do que ele realmente trata. Mais uma vez quando se questiona o surgimento do Estado, das uniões civis e dos poderes da sociedade política, Locke trata da relação entre o *senhor* e o *servidor*, tentando mostrar dessa vez que o poder do *senhor* é temporário, justamente porque “*um homem livre faz-se servidor de outro vendendo-lhe por um tempo o serviço que dispõe a fazer em troca de remuneração que deverá receber*” - A questão do trabalho e da remuneração é importante para Locke, mas o que queremos aqui é mostrar que essa relação entre o senhor e o servidor só pode ser de fato uma relação se houver o *contrato* entre um e outro, sabendo que o poder do senhor é temporário, e reconhecendo o servidor como um homem livre. Locke também chama de servidor aquele que pela guerra se tornou um escravo, estando sujeito (de forma legítima) as arbitrariedades do seu senhor, pois perdeu seu direito a vida e a propriedade. Locke explica que:

Há, porem, outro tipo de servidores, a que por nome peculiar chamamos *escravos*, os quais, por serem prisioneiros capturados em uma guerra justa, estão, pelo direito de natureza, sujeitos ao domínio absoluto e poder arbitrário de seu servidor. Tendo esses homens, tal como digo, perdido o direito à vida e com ela as liberdades, bem como suas propriedades, e estando no estado de escravidão, não sendo capazes de posse nenhuma, não podem pois, ser considerados parte da *sociedade civil*, uma vez que o principal fim desta é a preservação da propriedade. (LOCKE, *Segundo tratado*, §85)

Locke coloca essas questões no meio do caminho da argumentação sobre o surgimento da sociedade política, assim como reconhece que dentro dela existe a relação entre o senhor e o servidor. Também serve para mostrar que o *patriarca* é esse senhor que detém o poder sobre os filhos, esposas e servidores temporariamente e com base no consenso. Ainda sim, é pouco claro como Locke diferencia *sociedade civil* de *sociedade política*. Em grande medida, uma *sociedade civil* é caracterizada pela união de indivíduos livres em um grupo, a exemplo da família, onde tal união parte de um consenso entre eles, tendo como principal fim a preservação de suas vidas e de suas propriedades, para que essa união seja civil, eles precisam de uma lei à qual apelar para a resolução dos problemas que surgem dentro dessa organização social, sendo que eles têm que respeitá-la, para que estejam de fato em uma sociedade civil. Uma *sociedade política* é mais complexa, ela tem todas as características de uma sociedade civil, mas em si tem poderes – legislativo, executivo e federativo, segundo Locke - que servem para determinar sua existência e trabalhar para a sua manutenção, mas também para corrigir as controvérsias dentro dessa organização social. Os poderes do Estado constituem a sua capacidade de solucionar seus próprios problemas, mas como dentro de uma organização ainda existem problemas que advêm das condutas do homem, o próprio Estado também pode sofrer com problemas de “conduta”, sendo preciso que seus poderes estejam inter-relacionados e limitados. Locke, muito claramente, diz que:

Tendo o homem nascido, tal como se provou, com título à liberdade perfeita e a um gozo irrestrito de todos os direitos e privilégios da lei da natureza, da mesma forma que qualquer outro homem ou grupo de homens no mundo, tem ele por natureza o poder não apenas de preservar sua propriedade, isto é, sua vida, liberdade e bens contra as injúrias e intentos de outros homens, como também de julgar e punir as violações dessa lei por outros, conforme se convença merecer delito, até mesmo com a morte, nos casos em que o caráter hediondo do fato, em sua opinião, assim exija. Mas, como nenhuma *sociedade política* pode existir ou subsistir sem ter em si o poder de preservar a propriedade e, para tal, de punir os delitos de todos os membros dessa sociedade, apenas existirá *sociedade política* ali onde cada qual de seus membros renunciou a esse poder natural, colocando-o nas mãos do corpo político em todos os casos que não o impeçam de apelar à proteção da lei por ela estabelecida. E assim, tendo sido excluído o juízo particular de cada membro individual, a comunidade passa a ser o árbitro mediante regras fixas estabelecidas, imparciais e idênticas para todas as partes, e, por meio dos homens que derivam sua autoridade da comunidade para a execução dessas regras, decide todas as diferenças que porventura ocorram entre quaisquer membros dessa sociedade acerca de qualquer questão de direito; e pune com penalidades impostas em lei os delitos que qualquer membro tenha cometido contra a sociedade. Desse modo, é fácil distinguir quem está e quem não está em *sociedade política*. Aqueles que estão unidos em um corpo único e têm uma lei estabelecida comum e uma judicatura à qual apelar, com autoridade para decidir sobre as controvérsias entre ele e punir os infratores, *estão em sociedade civil* uns com os outros. Aqueles, porém, que não têm em comum uma tal possibilidade de apelo, explico-me, na Terra, vivem ainda em estado de natureza, sendo cada qual, onde não houver outro, juiz por si mesmo o executor – o que, como antes demonstrei, constitui o perfeito *estado de natureza*. (LOCKE, *Segundo tratado*, §87)

Apresentando sua noção sobre o consenso entre os homens a fim de criar o Estado, seus representantes e seus poderes políticos, a saber, o *Legislativo* e o *Executivo*, Locke também apresenta a ideia de que é exatamente o consenso que põe fim ao estado de natureza, já que “*a única maneira pela qual uma pessoa qualquer pode abdicar de sua liberdade natural e revestir-se dos elos da sociedade civil é concordando com outros homens em juntar-se e unir-se em uma comunidade*” (LOCKE, *Segundo tratado*, Cap. VIII, §95). Depois da sua análise sobre as várias formas de sociedade, Locke conclui que é realmente o consenso que determina a diferença entre qualquer tipo de sociedade e a sociedade política/civil em si. Nas palavras de Locke podemos compreender essa ideia de forma mais direta;

Portanto, sempre que qualquer numero de homens estiver unido³⁵ numa sociedade de modo que cada um renuncie ao poder executivo da lei da natureza e o coloque nas mãos do público, então, e somente então, haverá uma *sociedade política ou civil*. E tal ocorre sempre que qualquer número de homens no estado de natureza entra em sociedade para formar um povo, um corpo político sob um único governo supremo, ou então quando qualquer um se junta e se incorpora a qualquer governo já formado. Pois, com isso, essa pessoa autoriza a sociedade ou, o que vem a ser o mesmo, o legislativo desta a elaborar leis em seu nome segundo o exija o bem público, a cuja execução sua própria assistência (como se fossem decretos de sua própria pessoa) é devida. E isso *retira os homens* do estado de natureza e os coloca no de uma *sociedade política*, estabelecendo um juiz na Terra, investido de autoridade para resolver todas as controvérsias e reparar os danos que possam advir a qualquer membro dessa sociedade – juiz este que é o legislativo ou os magistrados por ele nomeados. (LOCKE, *Segundo tratado*, §89)

Mas não só o consenso determina a existência de uma sociedade civil, é necessária uma lei que determine o que é permitido e proibido dentro da sociedade, e resolva as controvérsias entre os indivíduos, onde a capacidade de apelar para um representante, através das leis, constitui a própria sociedade civil e não mais o estado de natureza, de liberdade infinita. Assim exposto, a sociedade civil se caracteriza por um grupo de homens unidos por consenso, com uma lei expressa por esse mesmo consenso, e por um magistrado que detenha o poder de execução das leis a fim de garantir a união do corpo político. Aqui temos o começo da noção dos limites do poder político pela lei, que compreende o início e o fim de todo poder real e legítimo. Bem como a lei cria um poder legislativo e executivo que toma o lugar do “indivíduo” em sua liberdade infinita de julgar e agir em favor de sua preservação que temos a sociedade civil. Locke também deixa claro que um poder absoluto ou uma monarquia absoluta, não podem existir onde se tem uma sociedade civil verdadeira, já que “sempre que qualquer número de homens, seja qual for sua maneira de associação, não tiver recurso a um tal poder decisivo de apelo, tais homens se encontrarão ainda no estado de natureza”³⁶. Deixemos Locke explicar melhor sua própria noção:

Aqueles que estão unidos em um corpo único e têm uma lei estabelecida comum e uma judicatura à qual apelar, com autoridade para decidir sobre as controvérsias entre ele e punir os infratores, *estão em sociedade civil* uns com os outros. Aqueles, porém, que não têm em comum uma tal possibilidade de apelo, explico-me, na Terra, vivem ainda em estado de natureza, sendo cada qual, onde não houver outro, juiz por si mesmo e executor – o que,

³⁵ Transcrevo a nota do professor Laslett: “Homens estiver unido” – na 1ª edição é utilizado o modo ativo “homens unem-se”.

³⁶ Locke se refere ao poder legislativo, já que ele é o único que “determina” os limites dos poderes do Estado, que devem existir para sustentar a convenção através de sua própria função. Comparar o § 88 do *Segundo tratado* com o capítulo 18 do *Leviatã* de Hobbes.

como antes demonstrei, constitui o perfeito *estado de natureza*. (LOCKE, Segundo tratado, §89)

Locke conclui dessas análises que o absolutismo é contrário às leis da natureza (diferente do que Filmer entendia), pois o reconhece a liberdade dos homens, e atribui um poder absoluto a apenas um homem, cujas ações podem ser arbitrárias e colocar os homens em posição de escravidão. O fim de uma sociedade civil/política em sua origem é a preservação e a segurança; em uma forma de governo absolutista, não existe nenhuma forma de garantir a segurança e a preservação dos homens, pois não existe outro poder para o qual possam apelar em sua defesa. O absolutismo vai contra qualquer ideal de uma sociedade política, e por isso, Locke considera que o absolutismo pode ser qualquer forma de governo, menos uma forma civil. Disso concluímos que todas as ideias de Locke partem da questão da liberdade, enquanto uma *propriedade* natural do homem que existe no estado de natureza, mas que não deixa de existir quando da passagem para uma organização social. Tentar concluir que de alguma forma a natureza (através da figura de Deus) garante um poder absoluto a um *príncipe* é um erro que Filmer comete ao tentar interpretar as *escrituras* e não a própria natureza. Depois de tratar dessas questões, Locke afirma que:

Fica, portanto, evidente que a *monarquia absoluta*, que alguns³⁷ consideram o único governo no mundo, é de fato *incompatível com a sociedade civil*, e portanto, não pode ser, de modo algum, uma forma de governo civil. Pois sendo o fim da *sociedade civil* evitar e remediar aquelas inconveniências do estado de natureza que necessariamente decorrem do fato de cada homem ser juiz em causa própria, estabelecendo uma autoridade notória à qual cada membro dessa sociedade possa apelar, a todo dano recebido ou a qualquer controvérsia surgida, e a que cada um deve obedecer; sempre que houver pessoas desprovidas de uma tal autoridade à qual apelar para a decisão de quaisquer diferenças entre elas, essas pessoas se encontrarão ainda no *estado de natureza*, do mesmo modo qualquer *príncipe absoluto* em relação àqueles que estiverem sob o seu domínio. (LOCKE, Segundo tratado, §90)

É dessa forma, portanto, que Locke começa toda a sua argumentação filosófica em função dos limites do poder político. Ao analisar a “lei natural”, Locke encontra o fundamento epistemológico de suas concepções. Ao definir o *estado de natureza* tem como ponto de partida um período anterior ao surgimento do Estado, e assim, um meio de derivá-lo, usando como justificação as adversidades que surgem desse estado. Finalmente, ao definir a sociedade política, mostra como o Estado passa a ser o que é, e se a sua base – como o pensamento de sua época considerava – é a própria família, e na família não pode existir um poder absoluto paternal, podemos compreender como Locke entende que

³⁷Robert Filmer e todos aqueles que compartilhavam suas ideias, mas pouco provável que Hobbes, que considerava outras formas de governo além da monarquia.

uma monarquia absolutista não pode ser uma forma de governo legítima – sendo que Locke não considera a monarquia um governo civil.

Capítulo 3

Os limites do poder Político

3.1 - Lei, uma questão filosófica.

Não é possível falar sobre lei na Inglaterra do século XVII sem analisar o *Common Law*, sistema jurídico do país, ainda em vigor contemporaneamente. Esse sistema se caracteriza pela ideia de que a Inglaterra tem uma lei comum diferenciada e que abrange todas as regiões do seu domínio, fornecendo o controle privilegiado do Estado a partir das leis que o compõem³⁸. No século XVII temos o *common law* cada vez mais livre do controle do rei, constituindo um sistema jurídico singular e que julga a partir de si mesmo, sem apelar para a figura do rei, como foi nos séculos XII, XIII e XIV. O *common law* não chega a ser uma lei expressa, mas sim a tentativa de separação do poder legislativo dos outros “poderes” do rei, assim não expressa um conceito exato de Lei no sentido de regulação, mas unicamente do interesse do parlamento de se tornar autônomo em relação ao rei. Entretanto, o maior problema do poder legislativo da Inglaterra no século XVII é que ainda não existia uma “lei”³⁹ consistente que pudesse conduzir o poder político em função da segurança do Estado. O que existia de fato era uma tensão entre os ideais da monarquia e os do parlamento, constituindo uma barreira para o desenvolvimento do poder legislativo. Essa tensão abria espaço para decisões arbitrárias da coroa e sanções do parlamento com fins a interesses políticos. Com a crise política criada pela revolução inglesa, os reis queriam reconstituir o poder monárquico, justificado pela ideia de que os reis tinham um ‘poder natural’ e só eles tinham o direito de governar e instituir as leis que regiam o Estado; já o parlamento – com apoio da aristocracia e dos comerciantes – queria a libertação do domínio dos reis e a constituição de um Estado que garantisse a propriedade⁴⁰ e a segurança dos homens. Infelizmente, para os ideais absolutistas, a monarquia não poderia ter seu posto de superioridade como antes, pois desde 1640 o poder monárquico vivia uma decadência por conta de uma série de decisões que contrariavam os interesses políticos das classes que materialmente sustentavam a coroa⁴¹. Mesmo com a Restauração, o rei Carlos II percebeu que precisava delegar partes de seus poderes para o parlamento, dando poderes de julgamento, de criação de normas para o comércio e revogação das determinações da coroa e a instituição de

³⁸O *Common Law* é principalmente um sistema governado pelo costume, e pela decisão dos tribunais, e não por atos legislativos e executivos.

³⁹ Existiam leis, mas elas não tratavam de garantir a *preservação*, e sim de tentar impedir as decisões arbitrárias do rei.

⁴⁰ Para uma análise mais profunda do conceito e significado do termo “propriedade” no pensamento de John Locke – OLIVERCRONA, Karl – 1975 (ii), The term “property” in Locke’s Two Treatises of Government, *Archiv für Rechts-und Sozialphilosophie*, LXI.

⁴¹Christopher Hill – The Century of Revolution.

novas leis com relação aos presos políticos. Já o parlamento também não podia ter domínio total sobre o Estado, pois grande parte de seus membros dependiam de certas vontades do rei para manterem-se em cargos. Tudo isso se torna um entrave para o desenvolvimento de qualquer política que seja de fato legítima e que garanta a constituição de um Estado realmente livre. Essa breve análise serve para mostrar em que contexto se desenvolve as ideias de Locke, entendendo que suas conclusões filosóficas também servem para responder questões de seu tempo, mas essas são questões históricas, as quais devem ser analisadas do ponto de vista da história, mesmo reconhecendo em que contexto o autor se encontra o que importa nesse momento é compreender a questão proposta por John Locke e seus argumentos filosóficos a fim de solucionar essa questão.

Nesse sentido, o pensamento político de Locke parte da análise filosófica dos problemas que norteiam o conceito de Lei e a consequência desse conceito na estruturação da noção do Estado, baseado no consenso e na preservação da *propriedade*. Essa concepção leva à ideia de que o Estado deve ser limitado pelo poder legislativo a fim de garantir de forma legítima os preceitos de segurança e manutenção do próprio Estado e da sociedade. Grosso modo, o poder político de que falamos é tanto os poderes do Estado (legislativo, executivo, federativo), assim como os poderes dos representantes dentro do Estado, ou seja, o poder que um indivíduo detém como representante do interesse público⁴². Essa noção sobre o legislativo se aproxima de certa maneira do pensamento de Aristóteles com relação à Lei⁴³, que ele reconhece como sendo absoluta, e devendo guiar até mesmo o mais nobre dos homens, evitando que ele se entregue às suas paixões e desvirtue o Estado de seu fim último – fica exposta também a aproximação de Locke com o pensamento político clássico. Aristóteles explica que:

Na verdade, tudo o que a lei parece ser incapaz de resolver também não pode ser conhecido por um só indivíduo. A lei que formou adequadamente os magistrados encarrega-os de decidir e resolver “do modo mais equitativo possível” as restantes questões. Ademais, concede-lhes o direito de corrigir o que, em resultado da experiência, lhes parecer ser melhorável em relação às leis escritas. Assim, exigir que a lei tenha autoridade não é mais do que exigir que Deus e a razão predominem; pelo contrário, exigir o predomínio dos homens, é adicionar um elemento animal; o desejo cego é semelhante a um animal e o predomínio da paixão transtorna os que

⁴²Cf. a definição do próprio Locke, §3 do II *Tratado*.

⁴³Aristóteles entende que a Lei é um dos instrumentos políticos que podem condicionar a *eudaimonia*, assim como das ações virtuosas dentro da sociedade.

ocupam as magistraturas, mesmo se forem os melhores dos homens. A lei é, pois, a razão liberta do desejo. (ARISTÓTELES, *Política*, página 259, 25-30)

Essas ideias podem ser comparadas com as de John Locke quando o mesmo escreve que:

E se o poder legislativo foi inicialmente conferido pela maioria a uma ou mais pessoas somente durante a vida destas, ou por um período limitado de tempo, após o que o poder supremo deve retornar a ela, quando ele assim retorna a comunidade pode dispor do mesmo novamente, depositando-o nas mãos de quem quiser e, dessa forma, constituir uma nova forma de governo. Pois uma vez que a *forma de governo depende de quem é o depositário* do poder supremo, que é o legislativo, e sendo impossível conceber que um poder inferior possa regular um superior, ou que outro senão o poder supremo elabore as leis, *a forma da sociedade política* depende de quem é o depositário do poder de elaborar leis. (LOCKE – *Segundo tratado*, §132)

A comparação entre os pensadores pretende demonstrar a coerência do pensamento político de Locke, que parte de uma tradição filosófica anterior (escola do direito natural, autores racionalistas anteriores a Locke, etc.), que também usa a lei como ferramenta de determinação e regulação dos poderes do Estado. Ao aproximar seu pensamento ao dos “antigos”, Locke demonstra que suas conclusões partem de ideias de pensadores anteriores, que entendem a Lei como forma de determinar os limites em relação às “ações viciosas” e os poderes políticos. Assim, a novidade do pensamento político do autor está justificada pela utilização de uma teoria política clássica (de Aristóteles, o qual Locke leu) a fim de conceitualizar uma noção nova das leis, que limita os poderes do Estado em vez de legitimar um poder arbitrário (como era a intenção de Filmer), que no século XVII era, sobretudo, patriarcalista e monarquista. É preciso também lembrar que Aristóteles foi muito usado como autor que fundamentava várias teorias políticas monarquistas e patriarcalistas, tanto que o principal autor alvo das críticas de Locke, Sir Robert Filmer, ao analisar o pensamento de Aristóteles (de forma tendenciosa) diz que:

In his *Politics*, when Aristotle compares the several kinds of government, he is very reserved in revealing which form he thinks best. He disputes subtly to and of many points, and judiciously confutes many errors, but concludes nothing himself. In all those books I find little in commendation of monarchy. It was his fate to live in those times when the Greeks abounded with several commonwealths, who had

learning enough to make them seditious. Yet in his *Ethics* he has so much good manners as to confess in right down words that “monarchy is the best form of government, and a popular estate the worst.” And though he is not so outspoken in his *Politics*, yet the necessity of truth has here and there extorted from him that which amounts no less to the dignity of monarchy. He confesses it to be “the first, the natural, and the most divine form of government, and that the gods themselves did live under a monarchy.” What more can a heathen say? (FILMER, *Patriarcha*, §4)⁴⁴

O que Locke faz é exatamente o caminho teórico inverso de Filmer que está preocupado em interpretar o pensamento de Aristóteles como justificativo de uma “monarquia natural”. Usando a noção de lei natural para demonstrar que os homens são livres por natureza, Locke explica que um governo absolutista fere essa lei natural que rege a vida do homem antes da instituição de um Estado, e que é usada como base para a instituição da lei positiva, aquela derivada do consenso entre os homens, da articulação do pensamento em sociedade com base na lei natural. Um dos primeiros passos que John Locke dá em função do tratamento das leis é voltando para o estado de natureza, no início do capítulo II do *Segundo tratado* Locke nos diz que:

Para entender o poder político corretamente, e derivá-lo de sua origem, devemos considerar o estado em que todos os homens naturalmente estão⁴⁵, o qual é um estado de *perfeita liberdade* para regular suas ações e dispor de suas posses e pessoas de modo como julgarem acertado, dentro dos limites da lei da natureza, sem pedir licença ou depender da vontade de qualquer outro homem. (LOCKE, *Segundo tratado*, §4)

⁴⁴[Em sua *Política*, Aristóteles, quando compara os vários tipos de governo, é muito reservado em revelar que forma ele acha melhor. Ele contesta sutilmente e de muitos pontos, e criteriosamente refuta muitos erros, mas não conclui nada. Em todos esses livros eu acho pouco em louvor da monarquia. Era o seu destino de viver naqueles tempos em que os gregos eram abundantes com várias repúblicas, que tinham aprendizagem suficiente para torná-los sediciosos. No entanto, em sua *Ética*, ele tem maneiras muito boas como confessar em poucas palavras que “a monarquia é a melhor forma de governo, e um popular propriedade do pior.” E, embora ele não tenha rodeios em sua *Política*, ainda sim a necessidade de verdade tem aqui e ali extorquido ele que não menos equivale à dignidade da monarquia. Ele confessa que ela seja “a primeira, a natural, e a forma mais divina do governo, e que os próprios deuses viviam sob uma monarquia.” O que mais pode um pagão dizer?]

⁴⁵ A palavra ‘estão’ pode ser interpretada de forma a considerar o estado de natureza algo presente, e não apenas no domínio do passado.

Mas as suas concepções sobre a lei alcançam uma problemática tão grande⁴⁶, que Locke precisa analisar a passagem do estado de natureza para o estado de sociedade⁴⁷, assim como a da lei natural para a lei positiva – que tem sua base na própria lei natural.

3.2 Limites do poder e a preservação do corpo social

A partir da análise d’*Os dois tratados* de John Locke, percebemos o quanto o autor insiste na ideia de limitação do poder do Estado⁴⁸ por meio da lei. Locke começa a tratar do seu conceito de lei (e do poder legislativo) de forma mais completa a partir do capítulo XI do *Segundo tratado*⁴⁹. O autor que desde o momento em que os homens entram em sociedade, um de seus objetivos principais é a garantia de poder desfrutar de sua *propriedade* em paz e segurança, e a única forma de garantir isso – de forma legal - é através das leis. Mas antes de continuar a análise dos argumentos de Locke, é necessário explicar o que o autor entende quando fala de *propriedade*, que é um conceito importante em toda a filosofia de Locke – é claro que essa análise tende a ser simples, já que ainda existem discussões sobre o termo. Assim, a propriedade em Locke é inicialmente caracterizada pela ideia de que Deus deu ao criar o mundo, tudo o que nele existe para uso comum da humanidade, e de que “ninguém tenha originalmente um domínio particular sobre eles à exclusão de todo o resto da humanidade”⁵⁰, mas ao aplicar o seu esforço para a produção ou aquisição de algo presente na natureza, o homem cria sua *propriedade*⁵¹ e a ninguém é permitido tomar algum bem de outra pessoa sem cometer injustiça. Tal concepção é explicada pelo próprio autor quando este nos diz que:

Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma *propriedade* em sua própria *pessoa*⁵². A esta ninguém tem direito algum além dele mesmo. O *trabalho* de seu corpo e a *obra* de suas mãos, pode-se dizer, são propriamente dele. Qualquer coisa que ele então retire do estado com que a natureza a proveu e deixou, mistura-se a ele com seu trabalho e junta-lhe algo que é seu, transformando-a em sua *propriedade*. Sendo por ele retirada do estado comum em que a natureza a deixou, a ela agregou, com esse trabalho, algo que a exclui do direito comum dos demais homens. Por ser

⁴⁶ Já que demonstra que a “legitimidade” dos reis não parte de forma alguma de *poderes naturais*.

⁴⁷ Não faremos mais do que enunciar o que Locke fez, já que a análise da passagem do estado de natureza para o estado social é por demais densa. Tal tema será tratado em outro trabalho.

⁴⁸ É preciso explicar que a ideia de limitação dos poderes está se referindo tanto ao poder dos representantes quanto do próprio Estado, já que o Estado “é” aquilo que seus representantes são.

⁴⁹ As referências à Lei são feitas várias vezes no *Primeiro tratado* – em relação à lei de Deus, de Adão, do patriarca, da lei de natureza.

⁵⁰ LOCKE, John – *Segundo tratado*, Capítulo V, § 26.

⁵¹ *Propriedade* em sentido material, não obstante também existe um sentido *pessoal*, individual, daquelas características únicas de um indivíduo.

⁵² Com base nas ideias desse parágrafo, podemos dizer que essa propriedade na “*pessoa*” seja o seu trabalho, o seu esforço, a liberdade de agir, a capacidade de transformar e usar *sua* força em função de si mesmo, de sua preservação.

esse *trabalho* propriedade inquestionável do trabalhador, homem nenhum além dele pode ter direito àquilo que a esse *trabalho* foi agregado, pelo menos enquanto houver bastante e de igual qualidade deixada em comum para os demais. (LOCKE, *Segundo tratado*, §27)

Karl Olivecrona também esclarece a noção de propriedade ao explicar que:

There are two connotations which are not distinguished by Locke himself. One is “that which belongs to a person” or “that which is a person’s own.” In this sense the word “property” refers to the *objects* included within the sphere of the *suum*. The other connotation appears, for instance, when Locke talks of how property in “the *Earth itself*” is acquired (II, 32). Here “property” signifies a *right* to land, not the object of that right. [...] But it is turning things upside down to say that the meaning is “extended” when life and liberty are comprised within a person’s property. Life, limb, and liberty are from the beginning his property. But the sphere of his property can be extended to encompass material things.⁵³ (OLIVECRONA, *Appropriation in the State of Nature: Locke on the Origin of Property*, pág. 219, §4)

Para além do debate do que seja a propriedade, Locke também está preocupado em mostrar que o *limite* é importante para que se mantenha a preservação (no estado de natureza, e, a partir do consenso, no estado de sociedade) e a união (no estado de sociedade) dos homens. É respeitando a propriedade de cada um que se faz possível a preservação do corpo político como um todo, e a *propriedade* é o primeiro passo para isso.

Explicada essa importante concepção da propriedade, podemos entender em que direção a análise da problemática em relação às leis e as concepções filosóficas de Locke podem encontrar uma solução para o problema das leis como limitadoras dos poderes políticos. Todas as concepções sobre as leis partem de um problema reconhecido pelo autor sobre as leis da natureza e do próprio estado de natureza, que não podem solucionar todos os problemas que provêm da liberdade ilimitada de cada indivíduo (que gera os conflitos nesse estado), e faz-se necessário usar a “lei natural” em outra instância da existência humana, a saber, a social, em que cada um aliena a sua liberdade infinita para garantir a conservação de sua vida e sua propriedade dentro de um Estado, e através das leis positivas que surgem do consenso⁵⁴ entre os homens. Mas o autor também tem o cuidado de reconhecer que é possível que o próprio *poder legislativo* seja corrompido e não cumpra a sua função tal qual foi

⁵³ [Há duas conotações que não são distinguidas pelo próprio Locke. Uma é “aquilo que pertence a uma pessoa” ou “o que é próprio de uma pessoa.” Neste sentido, a palavra “propriedade” refere-se aos objetos incluídos no âmbito do *suum*. A outra conotação aparece, por exemplo, quando Locke fala de como a propriedade de “da própria Terra” é adquirida (II, 32). Aqui “propriedade” significa um direito à terra, e não o objeto desse direito. [...] Mas é virar as coisas de cabeça para baixo ao dizer que o significado é “estendido” quando a vida e a liberdade são compostas dentro da propriedade de uma pessoa. A vida, a integridade física e a liberdade são, desde o início sua propriedade. Mas a esfera de sua propriedade pode ser estendida para abranger coisas materiais.]

⁵⁴ É preciso diferenciar *consenso* de *consentimento*, onde o primeiro significa a escolha individual e consciente de suas ações e ideias, e o segundo tem relação com aceitar uma determinação, levando em conta a coerção ou a influência de outra pessoa.

estabelecida pelo *corpo político* no momento da criação do Estado. Nesse sentido, Locke esclarece que o legislativo só pode usar seus poderes em função do bem comum, é onde começa sua problemática dos limites do poder do político. Locke nos diz que:

Contudo, embora quando entrem em sociedade os homens entreguem a igualdade, a liberdade e o poder executivo que possuíam no estado de natureza nas mãos da sociedade, para que deles disponha o legislativo segundo o exija o bem da sociedade, contudo, como cada qual o faz apenas com a intenção de melhor conservar a si mesmo, a sua liberdade e propriedade – pois não se pode supor que uma criatura racional muda propositadamente a sua condição para pior –, o poder da sociedade ou o *legislativo* por esta constituído *já* *pode* *supor-se estenda-se para além do bem comum*. [...] Assim, todo aquele que detenha o poder legislativo, ou supremo, de qualquer sociedade política está obrigado a governá-la segundo as *leis vigentes* promulgadas pelo povo, e de conhecimento deste, e não por meio de decretos extemporâneos; por *juízes* imparciais e probos, a quem cabe solucionar as controvérsias segundo tais leis e a empregar a força da comunidade, no solo pátrio, *apenas na execução de tais leis*, e externamente, para evitar ou reprimir injúrias estrangeiras e garantir a comunidade contra incursões ou invasões. E tudo isso não deve estar dirigido a outro *fim* a não ser a *paz*, a *segurança* e o *bem público* do povo. (LOCKE, *Segundo tratado*, §131)

Para o autor, o poder legislativo está assentado na *lei natural primeira e fundamental*, que é a da razão que dita aos homens que eles devem preservar a si mesmos – no estado de natureza –, e quando da instituição de um poder legislativo, essa conservação passa a ser do corpo político e dos membros que a compõem. Ele também explica que o poder legislativo é supremo e inalterável na estrutura dos poderes do Estado, e nem mesmo a pessoa que detém o poder legislativo – que recebe do povo – pode alterá-lo de nenhuma maneira; e ninguém que detenha qualquer tipo de poder jamais poderá usá-lo em forma de lei se não for escolhido pelo povo e garantido pelo legislativo – enquanto poder constituído a partir de um consenso entre os homens, que escolhem os membros do legislativo. Também surge dessa análise a ideia de que ninguém pode estar obrigado a obedecer de qualquer forma que não seja baseada nas leis. Uma das várias consequências dessa definição inicial das limitações do poder político do Estado, é a de que os indivíduos estão acima do poder governamental, sua conservação é o fim inicial e último do Estado, do governo.

Mas Locke reconhece que a lógica da relação entre o poder legislativo e os membros do corpo político também tem uma extensão e limites, que o autor faz questão de definir ao escrever;

Tais são os *limites* que o encargo a ele confiado pela sociedade e pela lei de Deus e da natureza *impuseram ao poder legislativo* de cada sociedade política.

Em primeiro lugar, ele deve governar através de *leis promulgadas e estabelecidas*, que não poderão variar nos casos particulares, mas segundo uma mesma regra para ricos e pobres, para o favorito na corte e o camponês no arado.

Em segundo lugar, tais *leis* não devem destinar-se a outro fim que não, em última análise, *o bem do povo*.

Em terceiro lugar, não se devem *impor tributos* sobre a propriedade do povo *sem o seu consentimento*, dado diretamente por ele ou através de seus deputados. E isso apenas se refere aos governos em que o *legislativo* está sempre em função ou, pelo menos, em que o povo não reservou porção alguma do legislativo para deputados, a serem por ele escolhidos de tempos em tempos.

Em quarto lugar, o *legislativo* não deve *nem pode transferir o poder de elaborar leis* a quem quer que seja ou depositá-lo em qualquer outras mãos, senão naquelas em que o povo o depositou. (LOCKE, *Segundo tratado*, §142)

No próximo capítulo, Locke trata dos poderes do Estado, sua constituição e função. Locke inicia o capítulo XII do *Segundo tratado* com a ideia de que o poder legislativo é aquele “que tem o direito de fixar as diretrizes de como a força da sociedade política será empregada para preservá-la e a seus membros”⁵⁵ (LOCKE, *Segundo tratado*, § 143). Mas Locke também explica que a existência do poder legislativo não precisa necessariamente ser perpétua, sendo dispensável depois de instituir as regras que direcionam o poder do Estado para a preservação do corpo político. O legislativo surge para criar as regras que determinam as ações do Estado, e quando tiver cumprido seu papel, dissolve-se, voltando quando se fizer necessário. Sendo o poder legislativo supremo em relação aos outros, e, pela fraqueza das paixões humanas, podemos compreender o porquê de Locke acreditar na dissolução do poder legislativo depois da constituição das regras que irão direcionar e limitar os poderes do Estado; aqueles homens escolhidos entre muitos devem criar as leis de forma a beneficiar os membros da sociedade como um todo, pois depois de constituídas as normas do Estado e dissolvido o poder legislativo, ficam esses mesmos homens sujeitos às leis que criaram.

Locke também reconhece a importância do parlamento como parte do organismo do Estado, formado por homens de proeminência na sociedade que podem usar suas capacidades e conhecimentos políticos a fim de beneficiar o Estado como um todo. O dever do parlamento é para com a manutenção do governo e a preservação do Estado – e, conseqüentemente, da sociedade política – a partir das leis; essa ideia é expressa quando o autor diz:

⁵⁵ Essa afirmação deixa claro o objetivo de Locke quanto aos limites que devem ser impostos pela lei ao Estado/Governo, a saber, de direcionar a força da sociedade política em função do próprio objetivo da instituição de uma sociedade; a preservação de seus membros, a segurança e o direito à *propriedade*.

“... nas sociedades políticas bem ordenadas, em que o bem do todo recebe a consideração devida, o poder legislativo é depositado nas mãos de diversas pessoas que, devidamente reunidos em assembleia, têm em si mesmos, ou conjuntamente com outras, o poder de elaborar leis e, depois de as terem feito, separando-se novamente, ficam elas próprias sujeitas às leis que formularam; o que para elas é uma obrigação nova e mais restritiva, para que tenham o cuidado de elaborá-las visando o bem público.” (LOCKE, *Segundo tratado*, §143)

Agora Locke pretende definir o *poder executivo*, e seu conceito desse poder estrutura-se na ideia de que como as leis são criadas em pouco tempo e sua força é duradoura, estando o poder legislativo dissolvido, faz-se necessário à existência de um *poder permanente*, que tenha a função de executar as leis que foram criadas, tal poder é o *poder executivo*. Ele existe, na concepção de Locke, como poder indissolúvel que visa à execução permanente das leis a fim de manter “sua força duradoura.” Existe para dar continuidade ao que a lei determina.

Outro ponto que preocupa John Locke é o da relação entre os poderes do Estado, mas para entender essa relação é preciso antes de tudo explicar o que é o poder *federativo*. A definição desse *poder* está no parágrafo 145 do *Segundo tratado*. Locke inicia o parágrafo explicando que além dos poderes *legislativo* e *executivo*, todo Estado dispõe de mais um, que é *natural*, está presente na estrutura de toda forma de organização social – até mesmo no estado de natureza - bem antes da constituição do Estado⁵⁶. A analogia que Locke usa é a do Estado com o corpo político (e seus membros), em que as partes que o compõem são necessárias para sua existência, e as injúrias que uma parte sofre, afetam o todo. Assim, para Locke, o poder que condiciona a relação de um corpo político com outro é o do poder *federativo*⁵⁷. Como dito antes, a relação entre os poderes do Estado também condiciona a preservação do mesmo, e Locke percebe muito bem isso quando diz que:

Esses dois poderes, o *executivo* e o *federativo*, embora sejam realmente distintos entre si, compreendendo um a *execução* das leis municipais da sociedade *dentro* de seus próprios limites sobre todos os que dela fazem parte, e o outro, a gestão da *segurança e do interesse* do público externo, com todos aqueles de que ela pode receber benefícios ou injúrias, quase sempre estão unidos. (LOCKE, *Segundo tratado*, §147)

Fica exposta também a ideia de que mesmo sendo o *executivo* e o *federativo*, poderes distintos, eles não podem, na maioria das vezes, serem depositados nas mãos de pessoas diferentes e

⁵⁶ É preciso entender o termo *natural* não no sentido de uma noção inata, pois Locke é contrário a todo tipo de inatismo, mas sim como um poder que surge nas organizações sociais quando esses se relacionam com outros grupos de homens.

⁵⁷ O termo *federativo* não parece ser o que preocupa Locke, mas sim a ideia por trás do que o autor entende quando define o *poder federativo*. Isso fica claro quando o autor diz: “*Este contém, portanto, o poder de guerra e paz, de firmar ligas e promover alianças e todas as transações com todas as pessoas e sociedades políticas externas, e se alguém quiser, pode chamá-lo de Federativo. Sendo entendida a questão, o nome é-me indiferente*”. (LOCKE, *Segundo tratado*, §146)

que possam ter objetivos distintos daqueles do corpo político como um todo, o que em algum momento na existência do Estado iria causar sérios problemas para se alcançar— desordem e ruína -o objetivo principal da sociedade, que é o de preservação. Talvez seja por esse motivo que Locke entende o poder federativo como natural, estando ele presente em todos os membros do corpo político enquanto usam seus poderes em função da preservação do Estado.

3.3 - Supremacia legislativa e supremacia popular

Já no capítulo XIII, Locke expõe a ideia de *poder supremo* do legislativo, mas dessa vez ele expõe uma concepção de *poder supremo do povo* que consiste no poder que os homens têm de *alterar o legislativo*⁵⁸ quando acharem que seu poder prejudica a função primordial da formação do Estado. Essa ideia fica mais clara quando Locke diz:

Embora numa sociedade política constituída, assentada sobre suas próprias bases e agindo de acordo com sua própria natureza, ou seja, para a preservação da comunidade, não possa haver mais de *um único poder supremo*, que é o *legislativo*, ao qual todos os demais são e devem ser subordinados, contudo, sendo ele apenas um poder fiduciário para agir com vistas a certos fins, cabe *ainda ao povo um poder supremo* para remover ou *alterar o legislativo* quando julgar que este age contrariamente à confiança nele depositada. Pois, como todo poder concedido em confiança para se alcançar um determinado *fim* está limitado por esse mesmo fim, sempre que este é manifestadamente negligenciado, ou contrariado, o encargo confiado deve necessariamente ser *retirado [forfeited]* e voltar o poder às mãos daqueles que o concederam, que podem depositá-lo de novo onde quer que julguem ser melhor para sua garantia e segurança. (LOCKE, *Segundo tratado*, §149)

Nesse mesmo parágrafo (149) o autor também coloca uma de suas principais ideias, e que fundamenta toda sua noção de liberdade dentro do Estado. Para Locke, o povo tem o direito legítimo de se rebelar contra qualquer governante que passe a usar seu poder com fins diversos aos da sociedade, a saber, os de conservação da vida, da liberdade e da propriedade.⁵⁹

Mas uma coisa que precisa ser esclarecida em relação aos *poderes supremos* é que, para Locke, o poder legislativo é de fato supremo em relação aos poderes do Estado, mas quando for dissolvido esse *poder supremo* volta para as mãos do povo para que possa ser “delegado” para um governante, caso seja instituído um novo governo. Assim exposto, no parágrafo 150, Locke continua

⁵⁸ Transcrevo aqui uma nota do professor Laslett: A aparente contradição entre o “*poder supremo*” é assim explicada por Lamprecht, 1918, 145: “a supremacia do legislativo é completa mediante uma determinada condição, e desaparece por completo se muda essa condição”. (LASLETT, Peter – Nota 3, página 518 dos *Dois tratados sobre o governo*)

⁵⁹ Comparar com o §129 do *Segundo tratado*.

sua análise do poder legislativo quando escreve que “...enquanto subsistir o governo, o *legislativo é o poder supremo* (LOCKE, John – *Segundo tratado*, §150). No mesmo parágrafo, o autor define melhor o porquê do legislativo ser o *poder supremo*. Locke diz:

Pois o que pode legislar para outrem deve por força ser-lhe superior; e como o legislativo o é tão-somente pelo direito de elaborar leis para todas as partes e para cada membro da sociedade, prescrevendo regras para suas ações e concedendo poder de execução onde quer que sejam transgredidas, deve por força ser o poder supremo, e todos os demais poderes depositados em quaisquer membros ou parte da sociedade devem derivar dele ou ser-lhe subordinados. (LOCKE, *Segundo tratado*, § 150)

Locke também está preocupado com os poderes que uma pessoa pode ter quando investido, através da representação, de algum poder do Estado. O autor reconhece que uma pessoa que faça parte do legislativo e detenha de alguma forma o poder executivo, é por si só *supremo*, mas não no sentido de que detém todo o poder supremo, mas sim como um *executor supremo*, do qual todos os outros magistrados derivam seus poderes. Um governante que se encontre nessa posição não tem nenhuma lei acima de si, e nenhuma lei pode surgir sem o seu consentimento. Aqui parece ficar exposta uma ideia de “superioridade” ou “absolutismo”, mas Locke trata de esclarecer o que é a sua ideia de “legislador supremo” ao escrever:

Porém, deve-se observar ainda que, embora os *juramentos de fidelidade e lealdade* sejam dirigidos a ele, não o são por ser ele o legislador supremo, mas sim o *supremo executor* da lei formulada por um poder conjunto dele próprio com outros. Não sendo a *fidelidade* nada além da *obediência segundo a lei*, que, quando violada por ele, leva-o a perder todo o direito à obediência, tampouco pode ela exigí-la a não ser como a pessoa pública investida com o poder da lei, devendo, portanto, ser considerado como a imagem, o espectro ou o representante do corpo político, agindo pela vontade da sociedade, declarada em suas leis. (LOCKE, *Segundo tratado*, §151)

Assim, é possível compreender o que autor quer dizer com a ideia de “execução suprema” de um legislador. A pessoa a quem for confiado o poder legislativo e executivo, só é considerado “supremo” por usar seus poderes e agir em função das *leis*. Portanto, os “juramentos de fidelidade e lealdade” a ele dirigidos, o são por sua *suprema capacidade de execução à partir das leis*. Mas esse executor supremo também pode perder seus poderes quando viola as leis de qualquer maneira, ou direciona seus poderes para outro fim que não seja o de conservação do corpo político; suas vontades não podem ser nenhuma a não serem as das leis, e quando passa a agir de forma que não atenda às vontades públicas “degrada-se e não é mais que uma pessoa particular sem poder e sem vontade, sem

direito algum à obediência, pois que não devem os membros obediência senão à vontade pública da sociedade”. (LOCKE, *Segundo tratado*, §151)

Tentando reafirmar o que definiu anteriormente, Locke volta para a análise dos poderes do *legislativo* e *executivo*. O autor faz questão de explicar que quando o poder executivo não estiver investido em uma pessoa que também participe do legislativo, estará necessariamente subordinada a este, de modo que pode ser trocado e deslocado à vontade – desde que tal ação esteja fundamentada nas leis. Para Locke um governante que detenha ambos os poderes legislativo e executivo, é supremo no sentido de que seus poderes políticos lhes fornecem a capacidade de *execução suprema das leis*, desde que esteja em função da preservação da sociedade, do corpo político e do Estado.

Com relação aos outros poderes *ministeriais* e *subordinados*, não é preocupação de Locke uma análise mais profunda de suas estruturas, já que “*são de tal modo multiplicados pela infinita variedade dos diferentes costumes e constituições de sociedades políticas distintas que é impossível descrever detalhadamente cada um deles*” (LOCKE, *Segundo tratado*, §152). Locke só trata desses poderes para explicar que não têm eles nenhuma autoridade além daquela delegada por outros poderes, e são, por isso, mesmo subordinados aos outros poderes do corpo político e do Estado como um todo, a saber, *legislativo*, *executivo* e *federativo*. É preciso entender o porquê de Locke não tratar de outros poderes além daqueles até aqui expostos; seu texto pretende ser uma análise filosófica da estrutura do Estado e dos governos, acima de tudo suas capacidades de garantir a manutenção da sociedade e do governo, por isso são muito mais importantes os poderes fundamentais para esse fim da instituição de uma sociedade política – sempre limitados pela lei.

Agora a atenção de Locke volta-se para a *execução das leis*. Sua argumentação fundamenta-se na ideia de que nem sempre é necessária a existência perpétua do poder legislativo, mas é sempre necessária a do executivo, pois nem sempre é preciso que novas leis sejam criadas, mas executar as que já existem. Para esclarecer essa ideia, deixemos o próprio Locke falar:

Quando o *legislativo* confia a *execução* das leis que elabora a outras mãos, mantém o poder de retirá-lo dessas mãos se encontrar causas para tanto ou a fim de punir qualquer má administração contrária às leis. O mesmo vale também em relação ao poder *federativo*, sendo este e o executivo ambos *ministeriais* e *subordinados ao legislativo*, que, tal como demonstramos, é supremo numa sociedade política constituída. (LOCKE, *Segundo tratado*, §153)

Aqui Locke expõe uma ideia interessante de como e quando o poder legislativo *pode e deve* reunir seus (caso seja formado por mais de uma pessoa) membros para o uso de sua *legislatura*⁶⁰. Ele – o legislativo – *pode* voltar a criar novas leis sempre que o corpo político de um Estado

⁶⁰ Nesse sentido, a capacidade que o *poder legislativo* tem de criar leis; o ato de criar leis a partir do seu próprio poder.

reconhecer que seus governantes usam seus poderes de forma diversa daquelas impostas pelas leis; e *deve* voltar a usar sua *legislatura* sempre que houver o consenso de seus membros, ou de sua própria constituição que define os períodos em que o poder legislativo deve *reunir-se e agir novamente*. Mas nem sempre é preciso que o legislativo esteja em sessão para que as Leis se façam valer, por isso a importância do poder executivo como aquele que garante de fato a existência das Leis. “*It is neither necessary nor convenient, Locke argues, for the legislature to be always in session, but it is essential that the laws be continuously enforced by the*”, diz Richard Ashcraft⁶¹.

Ainda sobre os períodos em que é possível convocar o poder legislativo para que este *se reúna e aja*, Locke trata de explicar em que ocasião isso é possível e quem tem o direito de convocá-lo. A ideia de Locke gira em torno da noção de que o povo tem o direito de eleger seus *legisladores*, e de convocar o poder legislativo (se esse foi dissolvido) para a criação de novas leis ou reparação das existentes. O autor também explica que, geralmente, o direito de convocar o legislativo está nas mãos do poder *executivo* e suas limitações “com respeito ao tempo” são:

“Ou bem a constituição original exige que se *reúna e aja* a intervalos certos e, neste caso, o executivo não faz senão emitir ministerialmente instruções para a eleição e a reunião, de acordo com as formas devidas; ou bem é deixado à sua prudência convocá-lo mediante novas eleições, quando a ocasião ou exigências do público demandarem o aperfeiçoamento das velhas leis, a elaboração de novas ou a reparação ou prevenção de quaisquer inconvenientes que pesem ou ameacem pesar sobre o povo” (LOCKE, *Segundo tratado*, §154)

O próximo passo na argumentação de Locke sobre o encargo fiduciário de que o poder executivo dispõe, está na ideia de que não é possível que o *poder executivo* seja superior ao *poder legislativo* quando tem o poder de *reunir e dispensar o legislativo*, já que esse poder lhe é confiado quando “... *a incerteza e a inconstância dos negócios humanos não comportariam uma regra fixa*” (LOCKE, *Segundo tratado*, §156). Para Locke é tamanha a importância da preservação do bem público, assim como a da supremacia do legislativo que ele propõe que a “*prudência de alguém que estivesse sempre presente e cuja tarefa fosse a de cuidar do bem público*”⁶² seria a única forma de garantir que a preservação da sociedade não fosse prejudicada pelas paixões humanas no uso dos poderes do Estado. A pessoa que deve cuidar da *supremacia do legislativo* deve ser a mesma que as leis, de modo que só pode ser um membro do executivo aquele que preserva o legislativo, estando passível das sanções da sociedade caso aja de forma diversa. Quando Locke trata daquele “alguém que estivesse sempre presente”, também fala da existência perpétua do poder executivo, reforçando a ideia daquele poder que existe para executar as leis – e preservá-las.

⁶¹ ASHCRAFT, Richard – *Locke's political philosophy*, página 233, §1.

⁶² LOCKE, *Segundo tratado*, §156.

Locke também tem o cuidado de reconhecer que constantes reuniões do legislativo seriam por vezes prejudiciais em vez de benéficas para a organização social, dada à complexidade dos assuntos dos quais tratam as leis, não obstante, o rápido desfecho dos acontecimentos históricos pode tornar a reunião do poder legislativo necessário para a adaptação das leis aos fatos. Tudo isso expressa a constante “preservação do poder legislativo” como uma das principais tarefas do executivo. Nesse ponto Locke retorna mais uma vez para as concepções sobre a *convocação e dissolução do legislativo* e também daquelas que tratam dos *períodos em que o legislativo se reúna e aja*⁶³. Sobre essa ideia, Locke nos diz:

Desse modo, supondo-se que a regulação dos momentos para a *reunião e as sessões do legislativo* não tenha sido estabelecida pela constituição original, tal atribuição naturalmente recairá nas mãos do executivo, não como poder arbitrário dependente de sua boa vontade, mas com o encargo de sempre exercê-lo em prol do bem público, conforme o exijam as ocorrências dos tempos e as mudanças dos negócios (LOCKE, *Segundo tratado*, §156).

Nesse ponto, Locke começa a expor sua concepção da política e dos poderes do Estado enquanto mutabilidade, mudança⁶⁴. Para Locke, todas as coisas do mundo estão em um fluxo constante de mudança (quase sempre essa mudança tende a ser de decadência, corrupção) e nada permanece para sempre da forma que, durante um período de tempo, foi. Mas nem sempre todas as coisas mudam por igual, e algumas “permanecem”, no exemplo que Locke usa, os interesses pessoais são uma das várias coisas que tendem a *resistir à mudança*, conservando assim sua forma em relação às outras coisas. Quando o autor usa essa ideia direcionada para o legislativo, expõe o problema da corrupção dos poderes do Estado quando usados em função de interesses particulares. Quando o poder legislativo é formado por *representantes* escolhidos pelo povo, com o passar do tempo – e com a mudança constante que ele traz – esses mesmos representantes, se usarem essa representação em seu benefício, podem desviar o *poder legislativo* de seus fins originalmente estabelecidos. O que se torna interessante nesse ponto é que o autor constrói toda sua argumentação sobre a ideia de que o *legislativo é supremo* em relação aos outros poderes, e seus representantes são supremos enquanto executem as leis da forma tal como lhes foi confiado, assim sendo, se governo se mantém estável, o legislativo também será, mesmo que a cidade a que esse governo faça parte esteja completamente “fora de contexto” em relação às outras cidades, esse será o *costume* dos representantes dessa cidade. A imutabilidade dos costumes é um problema que, aparentemente, Locke reconhece não ter soluções, estando um ponto a ser resolvido sobre os limites dos poderes do Estado com base em costumes, e a

⁶³Se *reúna e aja* em dois sentidos; O primeiro sentido tem a ver com um período de tempo estipulado na constituição de um Estado, visando a constante adaptação das leis aos fatos, o outro, no sentido de uma reunião “emergencial” do legislativo em momentos de crise.

⁶⁴ A fim de manter a estabilidade.

manutenção do governo em um Estado a partir da representação, mesmo que este esteja “separado” das relações políticas entre os estados. Sobre isso Locke nos diz que:

“Podemos considerar a que rematados absurdos pode levar o seguir os costumes quando a razão os abandonou quando vemos o simples nome de uma cidade, da qual nada resta senão ruínas e onde mal se encontra um casebre ou um pastor, enviar *tantos representantes* à grande assembleia dos legisladores quanto todo um condado numeroso em habitantes e poderoso em riquezas. Tal costume causa espanto aos estrangeiros, e é imperativo admitir que necessita de um remédio, embora a maioria considere difícil encontrar algum, pois, sendo a constituição do legislativo o ato original e supremo da sociedade que antecede a todas as leis positivas que nela há, e dependendo por completo do povo, nenhum poder inferior pode alterá-la. E, portanto, como, uma vez constituído o *legislativo*, o *povo* não tem nesse tipo de governo, tal como vimos, *poder algum* para agir enquanto dure o governo, tal inconveniente é tido como irremediável⁶⁵” (LOCKE, *Segundo tratado*, §157).

É no parágrafo 158 do *Segundo tratado* que Locke tenta de alguma maneira resolver esse problema dos “costumes imutáveis” através dos deveres do poder executivo. Para ele, “*Salus Populi suprema lex* [a salvação do povo é a suprema lei] é, com certeza, uma regra tão justa e fundamental que aquele que a segue com sinceridade não pode errar perigosamente” (LOCKE, capítulo XIII, §158), sendo assim tarefa do executivo, enquanto detentor do poder de convocar o legislativo, colocar ordem e regular o número de representantes do *legislativo* em todos os lugares que tenham o direito de serem distintamente representados, restaurando a função primordial do legislativo que pode mudar – se não preservado - com o passar do tempo e introduzir problemas maiores para o Estado. Sobre os benefícios de regular a representação, mesmo que em função do legislativo, Locke escreve:

“O poder de erigir novas corporações e, com isso, *novos representantes*, traz em si a suposição de que, com o tempo, *as medidas de representação* podem mudar e esses lugares passam a ter um justo direito à representação quando antes não tinham nenhum. E, pela mesma razão, outros deixam de ter direito e passam a ter pouca importância para merecer o privilégio de que gozaram no passado. Não se trata de mudança em relação ao estado presente, que talvez a corrupção ou a decadência tenha introduzido e que avança sobre o governo: tal mudança estará, ao contrário, na tendência deste a prejudicar ou oprimir o povo e a elevar uma parte ou um partido, distinguindo-os e sujeitando-lhes os demais. Tudo quanto não se possa deixar de

⁶⁵ “Ao solucionar a dificuldade da reforma eleitoral em conformidade com a lei suprema do bem do povo (§§ 157 e 158), Locke está lidando com um problema que ele próprio criou” (LASLETT, Peter – Nota número 1 do §158) – O que Peter Laslett pretende com esse comentário é expor mais uma das várias contradições internas ao texto de Locke, mas que se torna uma questão filosófica à qual o autor pretende responder. Já que o *bem do povo* é um dos pressupostos da instituição do Estado e seus poderes, cabe ao próprio Estado, de forma interna – a exemplo da *execução suprema das leis* do poder executivo - resolver os problemas dos *costumes* de seus representantes.

reconhecer como vantajoso para a sociedade e o povo em geral, baseado em medidas justas e duradouras, sempre se justificará. E sempre que o povo escolher seus *representantes com base em medidas justas e inegavelmente equânimes*, adequadas à forma original do governo, não se poderá duvidar que tal seja a vontade e o ato da sociedade, seja quem for que o tenha permitido ou proporcionado.” (JOHN, *Segundo tratado*, § 158)

3.4 - Estado de guerra e o direito de resistência

Uma das preocupações mais fundamentais de Locke é do “*direito de defesa*” da sociedade contra os maus governantes, legisladores e etc. A questão inicial para Locke é a daquilo que pode acontecer se o poder executivo no uso do seu poder tentar impedir a reunião do poder legislativo em detrimento da vontade do público. Sua resposta, como é de se esperar, também está fundamentada naquilo que é garantido legitimamente pelas leis, e seu argumento é o de que o uso do poder sem autoridade e contrariamente ao encargo atribuído ao executivo coloca aquele que age em *estado de guerra*⁶⁶ contra o povo, que tem o direito de *reempossar o legislativo no exercício de seu poder*. Assim, o povo tem direito de se defender em função das leis e em defesa das leis, já que na suposição de Locke, a própria existência do legislativo encontra-se ameaçada, assim como a preservação dos direitos dos indivíduos. Locke diz:

“Pois, tendo instalado um legislativo com a intenção de que este exerça o poder de elaborar leis, seja em certos momentos determinados, seja quando houver necessidade, se alguma força impedir esse poder de fazer o que é tão necessário para a sociedade e de que depende a segurança e a preservação do povo, este tem o direito de removê-la pela força. Em todos os estados e condições, o verdadeiro remédio para a *força* sem autoridade é opor-lhe a força. O uso da *força* sem autoridade põe sempre aquele que a emprega em *estado de guerra*, como agressor, e sujeita-o a ser tratado nos mesmos termos.” (LOCKE, *Segundo tratado*, §155)

Uma questão que o próprio Locke coloca é a de *em que condições os homens devem resistir ao soberano*? Em grande medida, sua resposta gira em torno da ideia que quando um homem usa o seu poder para se tornar um tirano – poder esse que recebeu dos homens – ele está se colocando em *Estado de guerra* com aqueles aos quais ele deve assegurar as condições de existência sem perigos, já que os homens criam a sociedade, e o Estado, em função da segurança e de sua

⁶⁶ Como esse é um conceito importante em Locke, deixemo-lo explicar: *O estado de guerra é um estado de inimizade e de destruição; portanto, aquele que declara, por palavra ou ação, um desígnio firme e sereno, e não apaixonado ou intempestivo, contra a vida de outrem, coloca-se em estado de guerra com aquele contra quem declarou tal intenção e, assim, expõe sua própria vida ao poder dos outros, para ser tirada por aquele ou por qualquer um que a ele se junte em sua defesa ou adira a seu embate.* (LOCKE, *Segundo tratado*, §16)

preservação. A tirania ocorre por que aquele que detém o poder do Estado executa sua própria vontade e não as Leis, o bem comum, a preservação, deixam de ser a função principal do soberano, e ele faz de sua vontade, a regra. O poder de um governante só legítimo enquanto parte das Leis, se assim não o faz, deixa de ser alguém a quem se deve obediência. A única distinção entre o rei legítimo e um tirano é a noção de que um executa a Lei e tem o bem comum como guia, o outro não. Locke diz que:

Assim como a usurpação é o exercício de um poder a que outro tem direito, a *tirania é o exercício do poder além do direito*, a que ninguém pode ter direito. Consiste ela em fazer uso do poder que alguém tenha nas mãos não para o bem daqueles que estiverem submetidos a esse poder, mas para sua vantagem própria, distinta e privada; quando o governante, seja lá que título tenha, não faz da lei, mas de sua vontade, a regra, e suas ordens e ações não estão dirigidas à conservação das propriedades de seu povo, mas à satisfação de sua própria ambição, vingança, cobiça ou qualquer outra paixão irregular. (LOCKE, *Segundo tratado* §199)

Assim, o tirano deixa de ser uma pessoa a que se deve obediência, e passa ser uma “ameaça” a toda organização social, e por isso deve ser combatido com toda força a que dispõem os homens em sua organização. Richard Ashcraft também explica que uma conclusão a que se pode chegar é de que: “*Since this transformation from ruler to tyrant changes his status from a “public” to a “private” person, as the latter, He has no “right” to use force against the people. Indeed, the people have a right to defend themselves, and thus to resist with force the actions of a tyrant*”⁶⁷.

A força de todo o argumento de Locke está na ideia (tratada anteriormente) de uma organização da natureza que “nos mostra” que o homem é livre – a Lei da Natureza -, e toda atitude que contrarie essa liberdade é contra a própria natureza, e por isso mesmo, ilegítima. Além desse apoio na natureza, temos também a noção dos limites que os poderes devem ter para que não se corra – ou corra o menos possível – o risco de entrar em um *Estado de guerra*, e conseqüentemente, voltar ao *Estado de natureza*. Locke constantemente usa a *lei fundamental da natureza* para afirmar suas ideias, e não é diferente quando trata do Estado de guerra. Podemos ver isso quando Locke explica que:

Pois é razoável e justo que eu tenha o direito de destruir aquilo que me ameaça de destruição, já que, pela *lei fundamental da natureza*, como o homem deve ser preservado tanto quanto possível, quando nem todos podem ser preservados, a segurança do inocente deve ter precedência. E pode-se destruir um homem que promove a guerra contra nós ou manifestou inimizade a nossa existência, pela mesma razão por que se pode matar a um lobo ou um leão; porque tais homens não estão submetidos à lei comum da razão e não têm outra regra que não a da força e da violência, e, portanto, podem ser tratados como animais de

⁶⁷ASHCRAFT, Richard – *Locke’s political philosophy*, página 230, §1.

presas, criaturas perigosas e nocivas que seguramente nos destruirão se cairmos em seu poder. (LOCKE, *Segundo tratado*, § 16)

Por usar seu poder sem ter como base a lei, e por usá-lo além do que é por *direito* seu⁶⁸, o tirano declara guerra aos membros da sociedade, e eles entendem essa declaração como uma ameaça a sua própria vida (o princípio básico de toda ideia de conservação). Se alguém tenta impor sua vontade sobre todos os homens, ele não pode ter outra vontade a não ser de impedir que “eu” seja livre para preservar minha própria vida e minha propriedade, o que caracteriza escravidão. E já que a escravidão “*é uma condição humana tão vil e deplorável*”, estou legitimado a lutar com todas as forças contra essa vontade absoluta.

É nesse ponto que Locke chega à conclusão mais original do *estado de natureza* e do *estado de guerra*, por que diferencia um do outro. Locke entende que o *estado de natureza* é caracterizado pela ausência de um juiz comum a todos os homens, estando assim todos os homens entregues às adversidades desse estado, sem nenhuma segurança, sem nenhuma *força* para apelar além da sua. O *estado de guerra* é o estado em que um indivíduo, através de suas ações, toma uma propriedade de alguém de forma ilegítima, causando-lhe sofrimento, dor, angústia; assim, esse que toma algo do outro, também está sujeito à mesma adversidade de perder sua propriedade para outrem (inclusive para aquele do qual tomou algo). Apesar de se poder chegar ao *estado de guerra* dentro do *estado de natureza*, ambos são distintos e separados, já que “é possível” retornar ao estado de natureza dentro de uma sociedade, assim como entrar em estado de guerra. Sobre isso Locke nos diz que:

Eis aí a clara *diferença entre o estado de natureza e o estado de guerra*, os quais, por mais que alguns homens os tenham confundido, tão distantes estão um do outro quando um estado de paz, boa vontade, assistência mútua e preservação está de um estado de inimizade, malignidade, violência e destruição mútua. Quando homens vivem juntos segundo a razão e sem um superior comum sobre a Terra com autoridade para julgar entre eles, manifesta-se propriamente o estado de natureza. Mas a força, ou um propósito declarado de força sobre a pessoa de outrem, quando não haja um superior comum sobre a Terra ao qual apelar em busca de assistência, constitui o *estado de guerra*. E é a falta de tal apelo que dá ao homem o direito de guerra até contra um *agressor*, mesmo estando este em sociedade e seja igualmente súdito. Desse modo, um *ladrão*, ao qual não posso fazer mal sem apelar para a lei por me ter furtado tudo quanto tenho valor, poderá ser morto por mim quando quiser roubar apenas meu cavalo ou meu sobretudo, pois a lei, criada que foi para a minha preservação, sempre que não puder interpor-se para garantir contra a força presente minha vida, que se for perdida não será passível de qualquer reparação, permite-me minha própria defesa e o direito de guerra, com a liberdade de matar o agressor, pois este não me concede tempo algum para apelar ao nosso juiz comum ou à decisão da lei para remediar um caso em que o mal pode ser irreparável. A

⁶⁸São duas formas de compreender o que Locke entende por tirania. Essa tese é proposta por Richard Ashcraft.

ausência de um juiz comum dotado de autoridade coloca todos os homens em estado de natureza; a força sem direito sobre a pessoa de um homem causa o estado de guerra, havendo ou não um juiz comum. (LOCKE, Segundo tratado, §19)

Parece óbvio que Locke argumenta tentando mostrar que um poder absolutista e arbitrário tende a se colocar em *estado de guerra* contra os homens, pois impõe seu poder sem direito, assim como o *agressor* a que Locke se refere. O retorno ao *estado de natureza* é consequência imediata disso, o que permite aos homens fazerem o uso de sua força e lutarem contra esse *agressor* na tentativa de manter a segurança e a preservação que tinham como ideal no momento da instituição de um Estado. Todas as ideias que expõe no texto tratam de fundamentar um movimento contrário ao ideal monárquico através das limitações dos poderes políticos (que no desenvolvimento do texto tomam duas formas; a limitação dos poderes do monarca, e a limitação dos poderes daqueles que representam o Estado) pela Lei, princípio que regulamenta as ações dentro da sociedade e controla as ações políticas por estar livre das paixões e interesses arbitrários.

CONCLUSÃO

De fato a concepção do legislativo como limitador do poder político se sustenta por levar em consideração o direito do homem enquanto ser em sua organização social, e não o *direito natural* do monarca de instituir arbitrariamente as leis que podem beneficiar uma classe a despeito do resto da sociedade⁶⁹, a qual deve manter-se sujeita aos mesmos poderes que deram origem ao “poder político verdadeiro” do monarca – Patriarca. Procuramos estruturar a argumentação do presente trabalho analisando as principais concepções de Locke em favor de sua tese dos limites do poder político. O trabalho parte, portanto, das ideias mais “simples” de Locke, as que ele usa para fundamentar suas concepções políticas, a saber, do conhecimento que parte da natureza, das *leis naturais* que são base para a lei positiva, e da Lei como forma de limitar os poderes políticos.

Em suma, o pensamento político de Locke estrutura-se na ideia de que o *monarca* não tem poder natural de nenhuma forma, e que isso não pode ser provado politicamente, filosoficamente e nem epistemologicamente. Suas concepções sobre o *estado de natureza* têm lugar de destaque em sua filosofia política, já que é nele que o homem, no uso de sua Razão, reconhece as *leis da natureza* e as usa como base para a instituição da lei positiva do Estado, e que permite sua criação. Tais leis naturais são compreendidas como regras determinadas a partir da vontade divina⁷⁰ sobre todas as coisas, inclusive em relação àquelas que garantem a preservação do homem (que Locke chama de *lei primeira e fundamental*) e de sua *propriedade*.

Depois pretende demonstrar que o poder político, sobretudo do Estado, deve ser limitado em função da preservação da sociedade, e essa preservação só é possível com as leis, já que elas estruturam todas as ações políticas de um governo consistente e estão livres das paixões humanas. Locke volta seu pensamento para uma política livre que se orienta sem interferência do *chefe de governo* e essa é em grande medida sua questão sobre a lei. Aqui fica exposto que o pensamento de Locke está fundamentalmente ligado à ideia de que o Estado deve ser limitado – ainda mais seus poderes – com relação à *res publica*, pois só assim é possível preservar a sociedade, os direitos dos homens e o próprio governo. Mas Locke não acredita na ausência completa do Estado na vida dos homens, já que sua finalidade deve ser a de preservação dos homens a partir da segurança de uma instância superior, a saber, o Estado. Suas concepções políticas deixam claro que o autor acredita em um poder soberano, mas que só pode ter sua legitimidade garantida por intermédio das Leis, e caso deixe de cumprir sua finalidade para se tornar um poder absoluto e arbitrário, perde seu “direito” e coloca-se em *estado de guerra* contra os homens, o que torna a luta contra o governo legítima⁷¹.

Em se tratando de um pensamento filosófico “liberal”, Locke garante seu lugar na história da filosofia política como um autor que coloca um debate capaz de mudar toda estrutura política do

⁶⁹Direito natural que Locke conclui não existir.

⁷⁰E às vezes, racionalmente.

⁷¹Ou seja, Locke prevê o direito de resistência e inova em relação a Hobbes, por exemplo.

governo, e mais, demonstra que suas concepções são tão profundas e ricas que podem ainda manter e contribuir para o debate sobre o poder legislativo, das leis e do poder político.

O que se pretendia com o presente trabalho era explicitar a ideia de que os poderes políticos devem ser limitados justamente para que possam alcançar o fim para o qual foram criados, a saber, o de preservação da sociedade. Algo que atravessa todo o trabalho é também a questão dos limites, em seu sentido mais amplo, ao qual Locke atribui muita importância. Tentamos ao máximo deixar essa questão, que em si é muito complexa, o mais clara possível. Compreender essa noção nos argumentos políticos de Locke constitui uma tentativa de esclarecer um ponto – dentre os vários – importante do pensamento de Locke.

Ao começar a pesquisa pretendíamos encontrar um problema que tivesse relação com alguma questão política em Locke, e nesse sentido, encontrar a solução dentro das próprias ideias de Locke. Dos resultados que podemos falar, o mais importante foi aquele que esclarece como a filosofia do autor tem íntima ligação com a liberdade justamente por propor limitações a tudo que se insere nas relações entre os homens, ou seja, os homens só podem manter sua *preservação* na medida em que entendem que só podem alcançá-la limitando sua “liberdade”.

A filosofia lockiana é extremamente rica para a pesquisa em filosofia, e a questão da lei em Locke também contribui muito para a análise acadêmica em filosofia política. Compreender a relação do autor com todo o contexto intelectual de sua época mostra que sua preocupação é, sobretudo, a de garantir meios para que se possa tirar conclusões seguras sobre questões políticas. Ainda sim, todo o empreendimento de Locke é voltado para o *esclarecimento* sobre a política⁷².

⁷²Consultar a “Epístola ao Leitor” do *Ensaio acerca do entendimento humano*.

BIBLIOGRAFIA

- ARISTÓTELES – *Política*, Coleção “Os Pensadores”, São Paulo, Nova Cultural, 1999.
- ASHCRAFT, Richard – *Locke’s Political Philosophy*. In: *The Cambridge Companion to Locke*, Cambridge University Press, 1999.
- _____ – *Revolutionary Politics and Locke’s Two Treatises of Government*. Princeton, Princeton University Press, 1986.
- AYERS, Michael – *The Law of Nature and human freedom*, in: *Locke, Epistemology and Ontology*, Routledge, New York, 1993.
- BOBBIO, Norberto – *Locke e o Direito Natural*. Trad. Sérgio Bath. 2ª Ed. Brasília, Editora UnB, 1998.
- _____ Norberto & BOVERO, Michelangelo – *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*, tradução de Carlos Nelson Coutinho, Editora Brasiliense, 1996.
- _____ - *Dicionário de Política*, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.
- BONAVIDES, Paulo – *Do estado liberal ao estado social*. Malheiros, São Paulo, 2007.
- CRANSTON, Maurice – *John Locke: A Biography*. London: Longman, 1957.
- DUNN, John – *Locke*. New York, Oxford University Press, 1986.
- _____ - *The Political Thought of John Locke*. Great Britain, Cambridge University Press, 2000.
- _____ - *Consent in the Political Theory of John Locke*. *The Historical Journal*, Vol. 10, Nº 2 (1967), p. 173.
- FIGGIS, John Neville – *El Derecho Divino de los Reyes*. México, Fondo de Cultura econômica, 1970.
- JORGE FILHO, Edgard José – *Moral e história em John Locke*, São Paulo: Loyola, 1992.
- FILMER, Robert – *Patriarcha and Other Political Works of Sir Robert Filmer*. Editado e com introdução de Peter Laslett. Oxford, Blackwell, 1949.
- _____ - *Patriarcha, or the Natural Power of Kings*. Edição Bilingue. Madrid, Instituto de Estudos Políticos, 1966.
- GOUGH, J.W. – *John Locke’s Political Philosophy*. Oxford, Clarendon Press, 1973.
- GROTIUS, Hugo. *O Direito Da Guerra E Da Paz*, vols. 1 e 2. Traduzido por Ciro Mioranza. Ijuí: Unijuí, 2004. Tradução de: *De Iure Belli Ac Paci Libri Tres*.
- GUIZOT – *As duas revoluções Inglesas*. Lisboa, Casa Alfredo David, 1913.
- HARRIS, Ian – *The Mind of John Locke*. Cambridge University Press, 1998.
- HILL, Christopher – *The Century of Revolution*. London, Routledge, 1993.
- _____ - *Origens Intelectuais da Revolução Inglesa*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- _____ - *O mundo de ponta-cabeça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____ - *O eleito de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

- HOBBS, Thomas – *Leviatã*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, Nova Cultural, 1997.
- JENNINGS, Sir William Ivor – *A constituição britânica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- JOLLEY, Nicholas – *Locke – his philosophical thought*. New York, Oxford University Press, 1999.
- KUNTZ, Rolf – *Locke, Liberdade, Igualdade e Propriedade*. In: Clássicos do Pensamento Político. São Paulo, Edusp, s/d.
- LASLETT, Peter – *The Gentry of Kent in 1640*. In: Cambridge Historical Journal, Cap. IX, 2, 1948.
- _____ - *Sir Robert Filmer: The Man versus the Whig Myth*, Willian and Quaterly Review, 3ª série, vol. V, nº 4, Outubro, 1948, p. 523 – 546.
- LESSAY, Franck – *Le Débat Locke-Filmer*, Paris, PUF, 1998.
- _____ - *Filmer, Hobbes, Locke: Les Cassures das L'Espace de lathéorie Politique*, Archives de Philosophie 55, 1992.
- LOCKE, John – *An Essay concerning Human Understanding*. Ed. Peter H. Nidditch, Oxford University Press, 1979.
- _____ - *Essays on the Law of Nature*. Ed. W. von Leyden. Oxford, Clarendon Press, 1954.
- _____ - *Dois Tratados Sobre o Governo*. Ed. Peter Laslett. São Paulo, Martins Fontes, 2005.
- _____ - *Two Treaties of Government and A Letter Concerning Toleration*. Edina Shapiro, London, Yale Universtity Press, 2003.
- MARSHALL, John – *John Locke – Resistance, Religion and Responsibility*, Cambridge University Press, 1994.
- OLIVECRONA, Karl – 1975 (ii), The term “property” in Locke’s Two Treatises of Government, *Archivfür Rechts-und Sozialphilosophie*.
- OLIVECRONA, Karl - Appropriation in the State of Nature: Locke on the Origin of Property, in *Journal of the History of Ideas*, Vol. 35, No. 2 (Apr. - Jun., 1974), pp. 211-230, University of Pennsylvania Press.
- RUGGIERO, G. de – *The history of European Liberalism*. Boston: Beacon, 1959.
- SABINE, George H. – *História das Teorias Políticas*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- SCHOCHET, Gordon J. – *The Authorial Family and Political Attitudes in 17th Century England – Patriarchalism in Political Thought*. Transaction Books, New Brunswick, 1988.
- SKINER, Q. – *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. Trad. R. J. Ribeiro e L. T. Motta, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- SPITZ, Jean-Fabien – *John Locke et les fondaments de la Liberté Moderne*. Paris, Presses Universitaires de France, 2001.
- STRAYER, Joseph R. – *As origens Medievais do Estado Moderno*. Trad. Carlos da Veiga Ferreira, Lisboa, Gradiva, s/d.

TORRES, João Carlos Brum – *Figuras do Estado Moderno*. 1ª Ed. São Paulo, Brasiliense, 1989.

TRAVELYAN, George McCaulay – *A revolução inglesa: 1688-1689*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

TULLY, James – *A Discourse on Property* – Great Britain, Cambridge University Press, 1982.

WOODWARD, E. L. – *Uma história da Inglaterra*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.